



OEIRAS
VALLEY
PORTUGAL



Câmara
Municipal
de Oeiras

—
MUNICÍPIO
OEIRAS

www.oeiras.pt

2024

**Relatório do Direito
de Oposição**

Conteúdo

Introdução	2
Titulares do direito de oposição.....	3
Cumprimento do Estatuto de Oposição.....	5
⇒ Direito à informação	5
⇒ Direito de consulta prévia.....	18
⇒ Direito de participação	18
⇒ Direito de depor	20
Conclusão.....	22

Introdução

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o *Estatuto do Direito de Oposição*, tem como finalidade assegurar "*às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática (...) aos órgãos executivos (...) das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei*".

Este estatuto, que veio regular e densificar o direito contido no artigo 114.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, tem, também, por base a alínea yy), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual é citado que compete à Câmara Municipal "dar cumprimento ao estatuto do Direito de Oposição".

Nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 35.º, do supracitado diploma legal, compete ao Presidente da Câmara Municipal "*promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respetivo relatório de avaliação*".

O conceito legal de oposição abrange, nos termos do n.º 1, do artigo 2.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, "*a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas (...) dos órgãos executivos das autarquias locais*".

Do elenco dos poderes contidos no Estatuto do Direito de Oposição incluem-se: o *direito à informação*, o *direito à consulta prévia*, o *direito de participação*, o *direito de depor* e o *direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias consagrados no Estatuto do Direito de Oposição*.

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 10.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, a Câmara Municipal deve elaborar, até ao fim do mês de março do ano subsequente, o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias previstas no Estatuto do Direito de Oposição.

Titulares do direito de oposição

Nas autarquias locais e conforme se dispõe no artigo 3.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, são titulares do direito de oposição:

- os partidos políticos representados na Assembleia Municipal que não estejam representados na Câmara Municipal;
- os partidos políticos representados na Câmara Municipal, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;
- grupos de cidadãos eleitores que estejam representados na Câmara e na Assembleia Municipal e não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata no exercício de funções executivas.

Os Órgãos Municipais, para o mandato 2021-2025, em particular no ano 2024 são constituídos da seguinte forma:

- ⇒ Isaltino Inovar Oeiras (IN-OV), representado na Câmara Municipal pelo Presidente e por sete Vereadores e na Assembleia Municipal por vinte e três membros (dezoito membros eleitos e cinco Presidentes de Juntas / Uniões de Freguesia);
- ⇒ Partido Socialista (PS), representado na Câmara Municipal por uma Vereadora e na Assembleia Municipal por quatro membros eleitos;
- ⇒ Partido Social Democrata (PSD), representado na Câmara Municipal por uma Vereadora e na Assembleia Municipal três membros eleitos;
- ⇒ Evoluir Oeiras (EO), representado na Câmara Municipal por uma Vereadora Independente Indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta Coligação Evoluir Oeiras (VIIBEECEO) e na Assembleia Municipal por três membros eleitos;
- ⇒ Coligação Democrática Unitária (CDU), representado na Assembleia Municipal por dois membros eleitos;
- ⇒ Iniciativa Liberal (IL), representado na Assembleia Municipal por um membro eleito;
- ⇒ Chega (CH), representado na Assembleia Municipal por com um membro eleito;

⇒ Pessoas - Animais - Natureza (PAN), representado na Assembleia Municipal por um membro eleito.

Considerando o acima exposto, são detentores do direito de oposição, na Assembleia Municipal o EO (Mónica Albuquerque, David Ferreira e Tomás Pereira), CDU (Carlos Coutinho e João Santos), IL (Anabela Brito), CH (Francisco O'Neill) e PAN (Sílvia Marques) e, na Câmara Municipal a VIIBEECEO (Carla Castelo).

Cumprimento do Estatuto de Oposição

Compete, à Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, nos termos da alínea yy), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais e ao Presidente da Câmara Municipal, o dever especial de promover o cumprimento deste Estatuto e a publicação do respetivo relatório de avaliação, de acordo com o disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 35.º do mesmo diploma legal. Tendo em atenção que é reconhecida à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea h), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a faculdade de *“discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição”*, indicam-se os atos praticados em observância dos direitos consagrados no referido Estatuto do Direito de Oposição:

⇒ Direito à informação

Determina o artigo 4.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio que o *direito de informação*, se concretiza pela faculdade de *“os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade”*.

Assim, foi dado cumprimento ao previsto nos artigos 25.º, n.º 2, alíneas b), c), d) e 35.º, n.º 1, alíneas s), t), u), x) e y) e n.º 4, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Foi disponibilizada informação aos titulares do direito de oposição com representação na Câmara e na Assembleia Municipais, divulgando-se os documentos contendo os resultados da participação do Município nas empresas locais e nas demais entidades participadas pela Edilidade, nomeadamente:

Documento	Apresentação CM	Apresentação AM
OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, EM		
PD 28/2024 - GMA - OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. - Plano de Atividades e Orçamento 2024 com o Parecer do Fiscal Único	24/01/2024	06/02/2024

PD 121/2024 - GMA - Oeiras Viva, E.M. - Relatórios e Contas 2.º trimestre e 1.º semestre de 2023	21/02/2024	16/04/2024
PD 122/2024 - GMA - Oeiras Viva, E.M. - Relatório 3.º trimestre de 2023	21/02/2024	16/04/2024
PD 256/2024 - GCAJ - Celebração de Contrato-Programa 2024 - Atribuição de Subsídio à Exploração dos Equipamentos Desportivos sob Gestão da «OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.»	03/04/2024	23/04/2024
PD 585/2024 - GMA - OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. - Relatório de Execução 4.º Trimestre 2023 e Relatório e Contas 2023	17/07/2024	17/09/2024
PD 1003/2024 - GMA - OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.-Relatórios do 1.º e 2.º trimestres e 1.º semestre de 2024	23/10/2024	19/11/2024
PD 1200/2024 - GMA - OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. - Plano de Atividades e Orçamento 2025 com o Parecer do Fiscal Único	04/12/2024	21/01/2025
PD 1279/2024 - GMA - OEIRAS VIVA - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.-Relatório de Execução Orçamental do 3.º trimestre de 2024	18/12/2024	21/01/2025
PARQUES TEJO - E.M.		
PD 25/2024 - GMA - PARQUES TEJO, E.M. - Relatório 3.º trimestre de 2023	24/01/2024	06/02/2024
PD 384/2024 - GMA - PARQUES TEJO E.M.-Relatório de Execução Orçamental 4º Trimestre 2023 e Relatório e Contas 2023	08/05/2024	11/06/2024
PD 807/2024 - GMA - PARQUES TEJO E.M.-Relatório de Execução Orçamental do 1.º trimestre de 2024	31/07/2024	17/09/2024
PD 1011/2024 - GMA - PARQUES TEJO E.M.-Relatórios do 2.º trimestre e 1.º semestre de 2024	23/10/2024	19/11/2024
PD 1101/2024 - GMA - PARQUES TEJO E.M. - Plano Plurianual de Atividades e Orçamento 2025-2026 com o Parecer do Fiscal Único	06/11/2024	26/11/2024
PD 1201/2024 - GMA - PARQUES TEJO E.M.-Relatório de Execução Orçamental do 3.º trimestre de 2024	04/12/2024	14/01/2025
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A. - Empresa Intermunicipal, S.A.		

PD 299/2024 - GMA - Tratolixo - Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A.- Plano de Atividades e Orçamento 2024	03/04/2024	14/05/2024
PD 840/2024 - GMA - TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A.- Relatório e Contas 2023	09/09/2024	30/09/2024
PD 1276/2024 - GMA - Tratolixo - Tratamento de Resíduos Sólidos E.I.M., S.A.- Plano de Atividades e Orçamento 2025	18/12/2024	21/01/2025
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.		
PD 10/2024 - GMA - MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Plano de Atividades e Orçamento 2024	10/01/2024	06/02/2024
PD 347/2024 - GMA - Ratificação da designação do representante do Município de Oeiras na Assembleia Geral da MUNICÍPIA, E.M., S.A. de 27 de março de 2024 e Contas 2022 e o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2022	17/04/2024	07/05/2024
PD 521/2024 - GMA - MUNICÍPIA- EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E.M., S.A - Transferência Financeira por Resultado Líquido Negativo no exercício de 2023	05/06/2024	23/07/2024
PD 522/2024 - GMA - MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório trimestral de Execução Orçamental - 4.º trimestre de 2023 e o Relatório e Contas 2023	05/06/2024	23/07/2024
PD 552/2024 - DMAG - Ratificação da designação do representante do Município de Oeiras na Assembleia Geral da MUNICÍPIA, E.M., S.A. de 27 de março de 2024, e designação do Fiscal Único	19/06/2024	09/07/2024
PD 583/2024 - GMA - Relatório Final da Auditoria à MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A.	03/07/2024	23/07/2024
PD 806/2024 - GMA - MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório trimestral de Execução Orçamental - 1.º trimestre de 2024	31/07/2024	17/09/2024
PD 1002/2024 - GMA - MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A. - Relatório Trimestral de Execução Orçamental - 2.º trimestre de 2024	23/10/2024	29/10/2024
PD 1199/2024 - GMA - MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M.,	04/12/2024	14/01/2025

S.A. - Relatório de Execução Orçamental - 3.º trimestre de 2024		
Fundação Marquês de Pombal		
PD 75/2024 - GMA - Fundação Marquês de Pombal - Plano de Atividades e Orçamento 2024	07/02/2024	27/02/2024
PD 586/2024 - GMA - Relatório de Atividades e Contas 2023 da Fundação Marquês de Pombal	17/07/2024	17/09/2024
TAGUSPARK - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.		
PD 298/2024 - GMA - TAGUSPARK - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A. - Plano de Atividades e Orçamento 2024	03/04/2024	14/05/2024
PD 584/2024 - GMA - TAGUSPARK - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A. - Relatório e Contas 2023	17/07/2024	17/09/2024
E.I.A. - Ensino, Investigação e Administração S.A.		
PD 385/2024 - GMA - EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A. - Relatório de Gestão e Contas 2023	08/05/2024	11/06/2024
Águas do Tejo Atlântico, S.A.		
PD 1004/2024 - GMA - Águas do Tejo Atlântico, S.A. - Relatório e Contas 2023 com Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	23/10/2024	19/11/2024
PD 1005/2024 - GMA - Águas do Tejo Atlântico, S.A. - Plano de Atividades e Orçamento 2024	23/10/2024	19/11/2024
AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento dos Resíduos Sólidos		
PD 1277/2024 - GMA - Transferência financeira a favor da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento dos Resíduos Sólidos	18/12/2024	21/01/2025

Foi enviada, antes de cada sessão ordinária, à Presidente da Assembleia Municipal e aos representantes dos partidos políticos representados neste órgão, a Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município e demais documentos complementares, conforme determinado pela alínea y,) do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram prestadas as informações solicitadas diretamente pelos vereadores, verbalmente na própria reunião de Câmara ou posteriormente, por escrito, bem como registados e reencaminhados para os serviços todos os pedidos de informação que não obtiveram resposta imediata por parte do executivo e controlo do prazo de resposta.

Foram facultadas as informações solicitadas pelos titulares do Direito de Oposição representados na Câmara Municipal sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações. A este respeito, informamos que foram apresentados **74 requerimentos/pedidos diversos**, tendo sido consideradas as **respostas aos requerimentos até 31/01/2025**, sendo que 1 não foi respondido.

Número	Título	Estado	Força política	Data de Resposta
CM 01/24	Requerimento nº 1.2024 - Manutenção árvores Av. Conde S. Januário	Respondido	VIIBEECEO	23/01/2024
CM 02/24	Questões referentes a PD de transferência de verbas GAF	Respondido	VIIBEECEO	09/01/2024
CM 03/24	Pedido dos autos de notícia levantados pela Polícia Municipal no Parque dos Cisnes	Respondido	VIIBEECEO	12/03/2024
CM 04/24	Requerimento n.º 2/2024 - Apoio a residentes da Baixa de Algés	Respondido	VIIBEECEO	17/04/2024
CM 05/24	Requerimento nº 3.2024 - Acesso a relatório preliminar e Ponto de situação Auditoria à Municíпия, S.A.docx	Respondido	VIIBEECEO	02/02/2024
CM 06/24	Requerimento n.º 4/2024 - Substituição de cobertura e trabalhos diversos no Auditório Eunice Muñoz	Respondido	VIIBEECEO	03/07/2024
CM 07/24	Requerimento nº 5.2024 - Pavilhão Escola Aquilino Ribeiro	Respondido	VIIBEECEO	23/01/2025
CM 08/24	Requerimento nº 6.2024 - Obras Pavilhão Desportivo Dr. Joaquim de Barros	Respondido	VIIBEECEO	11/06/2024
CM 09/24	Reunião de Câmara 10.01.2024 - Projeto "Oeiras tem Kick"	Respondido	VIIBEECEO	02/02/2024
CM 10/24	Plano geral Largo Comandante Augusto Madureira	Respondido	VIIBEECEO	08/03/2024

CM 11/24	Despachos 3,14,15 e 16	Respondido	VIIBEECEO	06/02/2024
CM 12/24	Requerimento n.º 8/2024 - Câmaras no espaço público em Queijas	Respondido	VIIBEECEO	14/02/2024
CM 13/24	Requerimento n.º 9/2024 - Custos do novo edifício-sede do Município de Oeiras - Fórum Municipal	Respondido	VIIBEECEO	12/04/2024
CM 14/24	Requerimento nº 10.2024 - Futuro do Mercado Municipal de Linda-a-Velha	Respondido	VIIBEECEO	23/02/2024
CM 15/24	Requerimento nº 11.2024 - Estimativa de Custos diretos e indiretos do Fórum Municipal	Respondido	VIIBEECEO	12/04/2024
CM 16/24	Requerimento n.º 12/2024 - Informação sobre procedimentos contratuais de 2023	Respondido	VIIBEECEO	30/01/2025
CM 17/24	Reclamação sobre identificação contrária à decisão do Tribunal e falta de rigor	Respondido	VIIBEECEO	20/03/2024
CM 18/24	Informação sobre viagens ao estrangeiro	Respondido	VIIBEECEO	20/03/2024
CM 19/24	Esclarecimento relativo ao 3 - Assuntos do C.A. dos SIMAS, da Ata da Reunião ordinária de dia 6 de março	Respondido	VIIBEECEO	20/03/2024
CM 20/24	Sugestão relativa à PD 211/2024 Concurso público com publicidade internacional para aquisição de prestação de serviços de limpeza	Respondido	VIIBEECEO	20/03/2024
CM 21/24	Reunião CM 20 Mar Relatório Oeiras Ninja OCR e Kids Race 2023	Respondido	VIIBEECEO	20/03/2024
CM 22/24	Abaixo Assinado dos moradores Bairro Alto da Loba	Respondido	VIIBEECEO	02/05/2024
CM 23/24	PD 231 correção	Respondido	VIIBEECEO	02/05/2024
CM 24/24	Pedido de informação relativo a Ajudas de Custo - Vereadores	Respondido	VIIBEECEO	04/06/2024
CM 25/24	Resposta dada pela Diretora do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida (DAQV), Sílvia Breu, na Reunião de 20/03/24 e reproduzida na Ata nº. 09/24	Respondido	VIIBEECEO	06/06/2024
CM 26/24	Requerimento nº 13.2024 - Processo Algés Tower na CMO	Respondido	VIIBEECEO	16/05/2024

CM 27/24	REQUERIMENTO N.º 14/2024 - Informações sobre que projeto está previsto para o local descrito, em Algés	Respondido	VIIBEECEO	16/05/2024
CM 28/24	Esclarecimentos PD 331/2024	Respondido	VIIBEECEO	07/05/2024
CM 29/24	Requerimento n.º 15.2024 - Acesso ao Relatório da Auditoria à Municípa	Respondido	VIIBEECEO	03/06/2024
CM 30/24	Requerimento n.º 16.2024 - Acessibilidades no Bairro dos Navegadores	Respondido	VIIBEECEO	25/06/2024
CM 31/24	Esclarecimentos à questão colocada durante a discussão da Proposta N.º 441/2024	Respondido	VIIBEECEO	31/05/2024
CM 32/24	Relatório das XIV Olimpíadas Portuguesas de Biologia - 2023	Respondido	VIIBEECEO	14/06/2024
CM 33/24	Requerimento n.º 17/2024 - Obras Parque dos Cisnes	Respondido	VIIBEECEO	16/01/2025
CM 34/24	Requerimento n.º 18/2024 - Critérios de determinação do Valor das Rendas Apoiadas (PD 494 e PD 498)	Respondido	VIIBEECEO	17/07/2024
CM 35/24	PD 630/2024 - questão pós-votação	Respondido	VIIBEECEO	09/07/2024
CM 36/24	Esclarecimentos PD 356/2024	Respondido	VIIBEECEO	11/07/2024
CM 37/24	Requerimento n.º 19.2024 - Contrato Oeiras Valley Investment Agency	Respondido	VIIBEECEO	22/07/2024
CM 38/24	Requerimento n.º 20.2024 - Contratação externa de serviços de Comunicação	Respondido	VIIBEECEO	15/01/2025
CM 39/24	Formação sobre ética e prevenção da corrupção	Respondido	VIIBEECEO	23/07/2024
CM 40/24	Requerimento n.º 21/2024 - Ponto de situação Cidade do Padel	Respondido	VIIBEECEO	21/01/2025
CM 41/24	Requerimento n.º 22/2024 - Informação sobre a utilização da Ciclovía Empresarial	Respondido	VIIBEECEO	25/09/2024
CM 42/24	Requerimento n.º 23/2024 - Escada em ciclovía Oeiras Parque	Respondido	VIIBEECEO	16/01/2025
CM 43/24	Falta de Ficha de Cabimento PD 705/2024 - voto contra	Respondido	VIIBEECEO	21/08/2024

CM 44/24	Abate de árvores na Escola Secundária Quinta do Marquês	Respondido	VIIBEECEO	25/10/2024
CM 45/24	Requerimento n.º 24/2024 - Parecer da APA Cidade do Padel	Respondido	VIIBEECEO	01/10/2024
CM 46/24	Requerimento nº 25.2024 - Ribeira de Algés	Respondido	VIIBEECEO	10/09/2024
CM 47/24	Requerimento nº 26/2024 - Documentação Cidade do Padel.pdf	Respondido	VIIBEECEO	18/09/2024
CM 48/24	Requerimento n.º 27/2024 - Alojamento Local Condomínio Varandas de Paço de Arcos	Respondido	VIIBEECEO	08/01/2025
CM 49/24	Requerimento n.º 28/2024 - Justificação da Alteração das datas das Reuniões de Câmara de setembro	Respondido	VIIBEECEO	08/10/2024
CM 50/24	Requerimento n.º 29/2024 - Mapa de deslocações e justificação viagens	Respondido	VIIBEECEO	29/11/2024
CM 51/24	Requerimento n.º 30/2024 - Informação detalhada Viagens à China	Respondido	VIIBEECEO	31/01/2025
CM 52/24	Requerimento n.º 31/2024 - Apoio/Patrocínio Global Media e a Notícias Ilimitadas	Respondido	VIIBEECEO	28/11/2024
CM 53/24	Requerimento n.º 32/2024 - Contrato N.º 642/2024 com Tecnirede - Comunicação de Dados	Respondido	VIIBEECEO	25/10/2024
CM 54/24	Requerimento n.º 33/2024 - Processo licenciamento Espargal	Respondido	VIIBEECEO	18/10/2024
CM 55/24	Requerimento n.º 34/2024 - Intervenção no Rio Jamor junto ao Santuário de N.ª Sra. da Rocha	Respondido	VIIBEECEO	18/11/2024
CM 57/24	Quinta dos Sete Castelos ofício de remessa ao T.C.	Respondido	VIIBEECEO	04/11/2024
CM 58/24	PD 1011.24 - Parques Tejo	Respondido	VIIBEECEO	05/11/2024
CM 59/24	PD 1000.24 - Programa Tempo Jovem	Respondido	VIIBEECEO	21/01/2025
CM 60/24	Urgente - Reposição da normalidade entrada de autocarros no Bairro dos Navegadores	Respondido	VIIBEECEO	09/01/2025
CM 62/24	Acesso a Informação ao Abrigo da Lei n.º 26/2016	Respondido	VIIBEECEO	29/11/2024
CM 63/24	Requerimento n.º 35/2024 - Mina de Água de Linda-a-Pastora	Respondido	VIIBEECEO	31/01/2025

CM 64/24	Requerimento n.º 36/2024 - Memória descritiva Cidade do Padel	Respondido	VIIBEECEO	27/11/2024
CM 65/24	Requerimento n.º 37/2024 - Apoios ao jornal Tal&Qual / PressCo Lda.	Não Respondido	VIIBEECEO	–
CM 66/24	Requerimento n.º 38/2024 - Caderno de Encargos e peças do contrato de prestação de serviços N.º 865/2024	Respondido	VIIBEECEO	24/01/2025
CM 67/24	Requerimento n.º 39/2024 - Bairro Clemente Vicente	Respondido	VIIBEECEO	16/01/2025
CM 68/24	Pedido Despacho N.º 52/2024	Respondido	VIIBEECEO	29/11/2024
CM 69/24	Requerimento n.º 40/2024 Fiscalização Obras Estrada Quinta do Torneiro	Respondido	VIIBEECEO	16/01/2025
CM 71/24	PD 1071/2024 - Esclarecimento às questões colocadas	Respondido	VIIBEECEO	04/11/2024
CM 72/24	Relatórios DD solicitados em Reunião de Câmara	Respondido	VIIBEECEO	04/12/2024
CM 73/24	Requerimento n.º 42/2024 - Divulgação e Implementação do Estudo do LNEC Ribeira Canalizada de Algés	Respondido	VIIBEECEO	18/12/2024
CM 74/24	Informação preliminar sobre divulgação de fatura no Facebook	Respondido	VIIBEECEO	10/12/2024
CM 75/24	Informações Sra. Vra. Carla Castelo - Requerimento Portal da Vortal	Respondido	VIIBEECEO	16/01/2025
CM 76/24	Resultados estudo fibrocimento praia da Cruz Quebrada	Respondido	VIIBEECEO	09/01/2025

Foram facultadas as informações solicitadas pelos titulares do Direito de Oposição representados na Assembleia Municipal sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações anteriores. A este respeito esclarece-se que no ano 2024 foram apresentados **41 requerimentos**, tendo sido consideradas as respostas aos requerimentos até 31/01/2025, sendo que 3 não foram respondidos e 5 ficaram com a resposta a cargo da Assembleia Municipal.

Número	Título	Estado	Força política	Data de Resposta
--------	--------	--------	----------------	------------------

Req. 01/2024	Obras nos terrenos da Serra de Carnaxide.	Respondido	EO	06/02/2024
Req. 02/2024	Reservatório do Alto de Santa Catarina.	Respondido	EO	09/02/2024
Req. 03/2024	Reservatório do Alto de Santa Catarina (Insistência).	Respondido pela AMO	EO	—
Req. 04/2024	Convocatória do Presidente do Conselho de Administração dos SIMAS	Respondido pela AMO	EO	—
Req. 05/2024	Contrato com a Newton C - Consultores de Engenharia, Lda. Para elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para o Novo Edifício da Junta de Freguesia de Oeiras e Círculo de Arquitetura.	Respondido	EO	21/02/2024
Req. 06/2024	Relatório Final da Petição "Alargamento da Zona de Estacionamento de Duração Limitada".	Respondido	EO	03/04/2024
Req. 07/2024	Apresentação do Inquérito de Clima Organizacional e Bem-Estar e Medidas Mitigadoras relativas ao Diagnóstico/Inquérito 2022 e algumas questões.	Não Respondido	EO	—
Req. 10/2024	Relatório de Avaliação do Direito de Oposição	Respondido pela AMO	EO	—
Req. 11/2024	Plano de Atividades e Orçamento 2024, da Municípa e Ponto de situação da auditoria.	Respondido	EO	03/05/2024
Req. 12/2024	Cópia do Parecer Jurídico citado durante a discussão do Proposta CMO N.º 278/2024 - Regimento do Conselho Municipal de Saúde.	Respondido	EO	09/05/2024
Req. 15/2024	Atas com as deliberações relativas às intervenções de reabilitação dos prédios do Bairro Municipal do Alto da Loba com propriedade mista.	Respondido	IL	18/06/2024
Req. 18/2024	Integração no site do SIMAS a informação referente às análises da qualidade das águas balneares, águas das ribeiras e águas de consumo humano.	Respondido	EO	18/06/2024

Req. 20/2024	Informação relativa às Bibliotecas Municipais de Oeiras.	Respondido	EO	16/10/2024
Req. 21/2024	Questões relativas aos mercados municipais.	Respondido	EO	22/01/2025
Req. 22/2024	Ponto de situação do Plano Local de Saúde de Oeiras, da Estratégia Municipal de Saúde, do novo perfil de saúde, da criação do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde Mental e dos documentos "Diagnóstico Social" e "Plano de Desenvolvimento Social de Oeiras".	Respondido	EO	07/01/2025
Req. 23/2024	Corte de árvores na Rua Carlos Wallenstein, em Carnaxide, junto à Escola Secundária Camilo Castelo Branco.	Não Respondido	EO	-
Req. 24/2024	Questões relativas à abertura e fecho dos portões dos parques.	Respondido	EO	24/01/2024
Req. 25/2024	Contrato com a COBENG, Lda., para 'Estúdio de dança de Carnaxide - Trabalhos de manutenção e reparação".	Respondido	EO	15/01/2025
Req. 26/2024	Despachos CMO N.ºs. 22/2024 e 52/2024.	Respondido	EO	11/12/2024
Req. 27/2024	Agendamento de debate específico	Respondido pela AMO	EO	-
Req. 28/2024	Falta de iluminação na Quinta das Palmeiras, Passeio Marítimo de Caxias e Bairro dos Navegadores.	Respondido	EO	09/01/2025
Req. 29/2024	Hortas Urbanas	Respondido	EO	08/01/2025
Req. 30/2024	Solicitação de documentos referentes à informação do Presidente dos meses de setembro e outubro	Respondido	EO	09/01/2025
Req. 31/2024	Informação sobre disponibilização de dados da biblioteca no repositório de dados abertos do Município de Oeiras, estratégia de compras, manutenção do catálogo e estratégia de promoção da biblioteca.	Respondido	EO	31/01/2025

Req. 32/2024	Informação relativa à proposta "Mexa-se na Marginal"	Aguarda Agendamento na AMO	EO	–
Req. 33/2024	Cidade do Padel - ponto de situação, projeto, memória descritiva, plano, etc.	Respondido	EO	08/01/2025
Req. 34/2024	Informação sobre o processo de munícipe que aguarda a colocação de uma Plataforma que lhe permita deslocar-se de forma autónoma.	Respondido	EO	24/01/2025
Req. Oral I/2024	Licenciamento das obras nos terrenos da Serra de Carnaxide.	Respondido	EO	25/01/2024
Req. Oral II/2024	Correspondência trocada com o Tribunal de Contas, no processo de reprogramação financeira da construção do Pólo de Formação Profissional e Agência de Empreendedores Sociais, em Carnaxide.	Respondido	EO	23/01/2024
Req. Oral III/2024	Duas atas na íntegra, referentes à proposta 1142/2023 e à proposta 25/2024	Respondido	CH	09/02/2024
Req. Oral V/2024	Parecer jurídico de uma entidade independente sobre a Oeiras Valley Investment Agency.	Não Respondido	EO	–
Req. Oral VIII/2024	Relatório dos apoios concedidos à SPIRA em dois mil e vinte e dois e Relatório de avaliação do impacto do evento.	Respondido	EO	21/06/2024
Req. Oral IX/2024	Questões relativas ao problema dos Sem Abrigo e do projeto do hospital veterinário público.	Respondido	PAN	04/11/2024
Req. Oral X/2024	Comunicações da Câmara Municipal para os promotores do Parque dos Cisnes em 2023 e 2024.	Respondido	EO	15/01/2025
Req. Oral XI/2024	Protocolo com a APA sobre a Ribeira de Algés.	Respondido	EO	01/08/2024
Req. Oral XII/2024	Relatório de Auditoria da Municípiã, S.A.	Respondido	CH	23/07/2024
Req. Oral XIII/2024	Atribuição de topónimo à Doutora Guida Faria	Respondido	CH	15/01/2025
Req. Oral XV/2024	Documentos relacionados com o Evento "Oeiras Equestre".	Respondido	PAN	16/09/2024

Req. Oral XVI/2024	Informações sobre Gaming esports, Inteligência artificial, tecnologia blockchain e ativos digitais e Segurança e privacidade digitais.	Respondido	CH	04/11/2024
Req. Oral XVII/2024	Revisão das medidas de autoproteção relativas ao recinto das Festas de Oeiras.	Respondido	PAN	15/01/2025
Outros 4/2024	Salão Nobre Digital – Informação	Respondido	EO	15/02/2024
Outros 8/2024	Documentos com esclarecimentos sobre a Fundação Marquês de Pombal	Respondido	EO	08/03/2024

Foram publicadas no Portal Institucional do Município e no site da Assembleia Municipal as deliberações dos órgãos autárquicos e as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 35.º, n.º 1, alínea t) e 56.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Remeteram-se à Assembleia Municipal as cópias das atas das reuniões da Câmara Municipal, após a aprovação das mesmas.

Foram disponibilizadas as ordens de trabalho, o conteúdo das propostas de deliberação e os documentos que as instruíram, através da plataforma informática *Salão Nobre Digital* disponível no *Portal da Intranet*, bem como cópias em papel para os membros da Assembleia que não utilizam esta aplicação e, ainda, as atas, as propostas agendadas e aprovadas, as agendas e os editais de reuniões extraordinárias da Câmara Municipal.

Saliente-se ainda que, através do Portal Institucional do Município de Oeiras, é disponibilizada informação acerca de toda a atividade municipal. Através deste meio de comunicação é possível aceder *online* às seguintes publicações também disponibilizadas em suporte de papel: *Oeiras Atual*, *Oeiras em Revista* e *30 Dias*.

Para além dos meios de comunicação mencionados, o trabalho e iniciativas desenvolvidas pelo município foram divulgadas nos seguintes suportes *online*: *Facebook*, *Issuu*, *Linkedin*, *Twitter* e *Instagram*.

⇒ Direito de consulta prévia

Conforme o disposto no n.º3 do artigo 5.º da Lei n.º24/98, de 26 de maio, este direito, ao nível autárquico, consubstancia-se pela faculdade de *“os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade”*.

Com vista ao exercício deste direito e no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico e das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 foi solicitado aos representantes que apresentassem propostas a incluir no citado documento, sendo que foram tidas 1 reunião entre o Sr. Presidente e a titular do Direito de Oposição da Câmara Municipal e 5 reuniões entre o Sr. Vice-Presidente e os titulares do Direito de Oposição da Assembleia Municipal.

No exercício deste direito, foi facultada para consulta toda a informação respeitante à elaboração, discussão e votação destes documentos previsionais. De igual modo, os dirigentes e técnicos da autarquia estiveram presentes nas reuniões com o objetivo de esclarecer as dúvidas suscitadas pelos membros dos dois órgãos municipais.

⇒ Direito de participação

Ao abrigo do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, *“os partidos políticos da oposição têm o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza o justifiquem”*.

No cumprimento do disposto no Estatuto do Direito de Oposição foram, durante o ano de 2024, apresentados pelos partidos da oposição e seus representantes, nas reuniões e sessões dos órgãos municipais 12 propostas de recomendação e 3 moções, a saber:

Assunto	Apresentada por	Estado
Moção de Repúdio relativa a comportamentos reiterados do Senhor Deputado do Chega	PS, INOV, PSD, EO, CDU, IL E PAN	Aprovada
Admissão da Moção de Censura à Câmara Municipal de Oeiras relativa à entrada em vigor da Taxa Turística em Oeiras	IL	Rejeitada
Moção - Pelo compromisso efetivo e financiamento por parte do Governo e dos organismos da administração central, às obras urgentes de intervenção na ribeira de Algés	CDU	Aprovada
Proposta de Recomendação - Isenção de Taxas para atividades culturais e desportivas	IL	Rejeitada
Proposta de Descentralização das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Oeiras	EO	Rejeitada
Proposta de Recomendação - Melhores acessibilidades em Porto Salvo	EO	Rejeitada
Proposta de Recomendação - Transmissão on-line e descentralização das sessões públicas da Câmara Municipal de Oeiras - Ponto 1	EO	Rejeitada
Proposta de Recomendação - Transmissão on-line e descentralização das sessões públicas da Câmara Municipal de Oeiras - Ponto 2	EO	Rejeitada
Proposta de Recomendação - Transmissão on-line e descentralização das sessões públicas da Câmara Municipal de Oeiras - Ponto 3	EO	Rejeitada
Recomendação sobre a Reciclagem no Município de Oeiras	CH	Rejeitada
Proposta de Recomendação - Dia Mundial da Menopausa	EO	Aprovada
Proposta de Recomendação para o apoio e confiança nas forças policiais e órgãos de polícia criminal do Concelho de Oeiras	CH	Rejeitada
Proposta de Recomendação - Pela recuperação urgente do Centro Cívico de Carnaxide	EO	Rejeitada
Proposta de Recomendação para voto de louvor a todos os portugueses naturalizados que obtiveram destaque nacional e internacional	CH	Rejeitada

Proposta de Recomendação - Reabilitação e reforço estrutural do Caneiro de Algés	EO	Rejeitada
--	----	-----------

Enquanto manifestação do exercício deste direito foram publicitadas e integralmente transcritas nas atas das reuniões ou sessões da Câmara e Assembleia Municipais, ou anexadas, moções, requerimentos verbais ou escritos, declarações políticas e declarações de voto.

Foram enviados convites aos membros dos órgãos municipais com vista a assegurar a sua presença e participação nos atos e atividades oficiais promovidos pelo Município.

⇒ Direito de depor

Admite o artigo 8.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio que *“os partidos políticos da oposição têm o direito de, através de representantes por si livremente designados, depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse (...) local”*.

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, durante o ano de 2024, os titulares do Direito de Oposição participaram nas seguintes comissões:

- › Comissão de Líderes, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 11 vezes;
- › Comissão Eventual de Acompanhamento das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 1 vez;
- › Comissão Eventual de Acompanhamento dos Apoios Financeiros Atribuídos aos Operadores Económicos, Associações e Coletividades e Cidadãos Individuais, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 2 vezes;
- › Comissão Eventual de Acompanhamento e Aperfeiçoamento da Implementação do Serviço de Transportes da Carris Metropolitana no Concelho, constituída por

- 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 1 vez;
- › Comissão de Acompanhamento do Processo Deliberativo e Assuntos Jurídicos, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 1 vez;
 - › Comissão do Ambiente e Ordenamento do Território e Património, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 4 vezes;
 - › Comissão de Economia, Finanças e Setor Empresarial Local, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 15 vezes;
 - › Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, constituída por 1 elemento de cada Força Política e pela Mesa da Assembleia (Presidente e Secretários), que reuniu 1 vez.

Conclusão

Em face do exposto, demonstra-se terem sido assegurados os direitos previstos no Estatuto do Direito de Oposição, por parte do Executivo Municipal e do seu Presidente no cumprimento do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea yy) e 35.º, n.º 1, alínea u), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permitindo-se aos titulares do Direito de Oposição o acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas da Câmara Municipal de Oeiras.

Nestes termos e, conforme se dispõe no artigo 10.º, n.º 5, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, será o presente Relatório publicado no Portal Institucional do Município de Oeiras.

Oeiras, 06 de março de 2025

O Presidente

Isaltino
Afonso
Morais /
500745943

Assinado de forma
digital por Isaltino
Afonso Morais /
500745943
Dados: 2025.04.10
10:47:14 +01'00'

Isaltino Morais

Anexo 1 - Atas das reuniões com detentores do direito de oposição no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico e das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2025

ESTÁ CONFORME O
ORIGINAL DA ATA DA
REUNIÃO DE 02/12/24

EM 28/02/2025



Câmara Municipal
de Oeiras

2 - PROPOSTA Nº. 1153/24 - DPOC - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2025 - ORÇAMENTO MUNICIPAL - MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2025:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Uma primeira referência para a clareza e facilidade de leitura do documento, parabéns aos serviços que o fizeram.-----

----- Antes de mais, estando nós numa reunião para apreciação e votação deste documento, a proposta que inclui o Plano Estratégico e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e cinco e o Orçamento, devo deixar aqui expresso o nosso protesto, pela forma como o Presidente da Câmara procurou obter o nosso voto favorável a este orçamento, ao seu orçamento, em contrapartida da aprovação das nossas propostas na reunião realizada no passado dia vinte de novembro de manhã, no seu gabinete, em que estive presente com os deputados municipais Mónica Albuquerque e Tomás Cardoso Pereira. -----

----- Como nós não assinamos de cruz, nunca poderíamos dar o aval a um documento que não conhecíamos, nem a um orçamento, nem a qualquer proposta que nos fizessem, sem antes a conhecer e isso foi o que prontamente lhe respondi, quando nos fez essa proposta. -----

----- Depois, vimos as propostas que a Coligação Evoluir Oeiras trazia para estas GOP, uma a uma e, apesar de inicialmente, o Senhor Presidente ter dito que aprovaria todas se votássemos a favor do Orçamento. -----

----- Depois, ao ver uma a uma, já havia algumas que poderia aceitar, outras que não poderia aceitar e, no fim, acabámos por ver, que não poderia aceitar nenhuma e que não iria aceitar nenhuma das nossas vinte e três propostas. -----

----- Ora, as propostas, porque elas não foram trazidas a esta reunião de Câmara antes, são criação de divulgação de uma rede de refúgios abrigos climáticos para estarem a funcionar ainda durante o ano de dois mil e vinte e cinco com o mapeamento prévio do Concelho, com a

identificação e seleção dos locais mais adequados para integrar esta rede para eventos extremos, ondas de calor e de frio.-----

-----Compromisso com a acessibilidade universal, garantindo que todos os meses é corrigida uma situação de falta de acessibilidade no concelho, após um diagnóstico feito em articulação com a Associação Salvador, no primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco.-----

-----Campanha Tolerância Zero ao estacionamento ilegal em cima dos passeios em articulação com a PSP e a Polícia Municipal. -----

-----Concretização em dois mil e vinte e cinco das ciclovias de ligação do Concelho de Cascais, Lombos Norte a Paço de Arcos, apresentado no Orçamento Participativo e vencedora em dois mil e vinte e um e ao Concelho da Amadora, Algés e Alfragide do Orçamento Participativo de dois mil e dezanove, bem como, o projeto da Ciclovia da Marginal do Orçamento Participativo de dois mil e catorze. -----

-----Redução da velocidade limite em vias no meio urbano para trinta quilómetros hora, como regra geral, identificando as exceções. -----

-----Criação de rotas seguras e de zonas seguras junto às escolas onde as crianças possam atravessar em segurança circular a pé ou de bicicleta e brincar sem ruído e sem a poluição automóvel. -----

-----Projeto-piloto de comboios de bicicleta casa-escola em zonas identificadas com possibilidade de criação das condições de segurança para tal, durante o ano de dois mil e vinte e cinco. -----

-----Resolução do problema da paragem indigna na Estrada de Leceia, numa berma de estrada sem passeio, tirar as duas paragens de onde estão para as colocar na Rua de Empresa Prosonic, mais perto do acesso pedonal ao Taguspark e, dessa forma, há espaço para colocar os abrigos nas duas direções da carreira da Carris Metropolitana.-----

-----Reforço da Saúde Mental nas escolas, com um investimento no aumento do número



de psicólogos nas escolas públicas, disponibilização de produtos de higiene menstrual de forma gratuita e acessível também nas escolas públicas.-----

----- Alargamento da rede municipal de residências séniores, com o aumento da oferta pública de apoio à população idosa do Concelho.-----

----- Alargamento da rede municipal de creches, com o aumento da oferta pública às crianças até aos três anos de idade.-----

----- Identificação de edifícios públicos municipais que possam ser convertidos em habitação de renda acessível.-----

----- Fundo Municipal para apoio à constituição de Comunidades de Energia Renovável de Base Cidadã, além do apoio técnico para a criação destas comunidades de energia renovável, o Município suportaria os custos de constituição da entidade legal e cobriria os custos de adesão de uma percentagem não inferior a cinco por cento de famílias vulneráveis a cada uma das comunidades de energia renovável.-----

----- Retirada do painel eletrónico de grande dimensão de Rotunda de Oeiras, do Oeiras Shopping e todos os mupis e ecrãs eletrónicos que prejudiquem a acessibilidade pedonal ou a segurança rodoviária.-----

----- Implementação das medidas prioritárias previstas no estudo de avaliação dos riscos sísmico e tsunami no Concelho de Oeiras.-----

----- Na governação realização de pelo menos quatro reuniões, uma por trimestre descentralizadas da Câmara Municipal de Oeiras em horário pós-laboral.-----

----- Transmissão das reuniões públicas de Câmara através da Internet.-----

----- Na área do bem-estar animal, atualização do regulamento das e dos cuidadores num processo participativo com quem cuida.-----

----- Apoio “in loco” aos cuidadores e cuidadoras informais na desparasitação dos animais de rua, realização de protocolos com veterinários para as cuidadores e cuidadoras levarem os

animais doentes, sem terem de assumir essas despesas médico veterinárias e promoção de uma campanha de sensibilização contra o abandono de animais de companhia. -----

-----Ainda um espaço partilhado de Artes e Ofícios, criação deste espaço com oficinas e ateliers, aproveitando instalações públicas sem utilização para o espaço de trabalho, em que artesãos residentes no concelho e outros munícipes que trabalhem em carpintaria, olaria ou outras artes e ofícios possam usar o espaço com um custo simbólico, entre quinze e setenta e cinco euros por mês consoante os rendimentos. -----

-----Voltámos também a apresentar as propostas que tínhamos apresentado às GOP de dois mil e vinte e quatro, na medida em que também não foram implementadas. -----

-----Portanto, perante a forma de “negociar”, que não consideramos séria, constatamos mais uma vez, o total desrespeito que tem pela oposição e também pelas propostas que nos pede para fazer chegar, mas que depois na realidade, não tem interesse em aprovar. -----

-----Ora, nós não fazemos negociatas de mercearia. -----

-----Apresentamos as propostas que consideramos que são importantes para as pessoas, mas não nos comprometemos a nada que não conheçamos. -----

-----Tendo analisado agora o documento, há, desde logo, diferenças que são diferenças de fundo, em termos das opções estratégicas que inviabilizam o voto favorável. -----

-----Se por um lado, reconhecemos como importante que haja investimento em habitação pública e em requalificação do edificado que, aliás, não seriam concretizadas sem o dinheiro do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, por outro lado, vemos um peso excessivo do investimento em infraestrutura rodoviária para o automóvel particular, bem como, outros investimentos na direção errada, despesa supérflua, ou seja, má despesa pública em assessorias e comunicação, que sabemos, que neste Município pouco tem de comunicação, de informação e muito de propaganda. -----

-----Nós consideramos, que é cada vez mais importante e mesmo imperioso, que haja



investimento real na ação climática, na adaptação do território e na mitigação.-----

----- Na adaptação do território, é importante que seja travado o ímpeto impermeabilizador e destruidor dos solos de reserva agrícola e reserva ecológica.-----

----- Continuamos a ver projetos como, por exemplo, a VLN, só para dar um exemplo em Reserva Ecológica Nacional, o que vai, exatamente, contra àquilo que consideramos que deveria ser feito. -- -----

----- Vale ainda a pena mencionar, que nos foi remetido um documento com a mensagem do Senhor Presidente em branco, apenas com o título. -----

----- Ora, uma folha em branco só se for a imagem das boas e novas ideias que o Presidente Isaltino Morais tem para Oeiras e não deixa de ser estranho, realmente, votar um documento com uma parte em branco, qualquer parte que seja, mensagem do Presidente vem em branco. ---- -----

----- No documento, surge novamente este ano, a referência a projetos defendidos com unhas e dentes por este Executivo, que já temos dito, são totalmente contrários àquilo que é sensato e condizente com as evidências científicas no que toca às alterações climáticas. -----

----- Vemos as tais operações urbanísticas de grande dimensão e elevada complexidade técnica, exatamente como eram referidas em dois mil e vinte e três como Áquaterra, Porto Cruz e Alto da Boa viagem. -----

----- Também surge agora o IPMA Campus Algés, o Campus do Mar, mais construção na orla ribeirinha, nem uma palavra, nem um euro para, por exemplo, a requalificação que o município se tinha comprometido em julho de dois mil e dezassete, a fazer no Bairro Clemente Vicente, no Dafundo. -----

----- Na versão de junho de dois mil e dezanove, do Plano Municipal de Habitação, já com o atual Presidente de regresso ao Município, estava prevista uma verba de sete vírgula quatro milhões de euros e quando em meados de dois mil e vinte e dois esse Plano Municipal de

Habitação de Oeiras foi atualizado, manteve-se a proposta de sete vírgula quatro milhões de euros para a reabilitação do Bairro Clemente Vicente, esses quatro vírgula sete milhões de euros, nunca mais se voltou a falar neles. -----

-----Numa análise mais fina, começamos pelo eixo a que chamaram Território Inteligente e Ordenamento Urbano Sustentável. -----

-----Na edificação municipal, enquanto Fórum Municipal continua a sorver dinheiros públicos com mais onze milhões cento e trinta e seis mil euros no orçamento para dois mil e vinte e cinco, numa despesa total estimada que já vai para os setenta e nove milhões, tantas outras obras marcam compasso, como, por exemplo, o Mercado de Linda-a-Velha ou o Rossio de Porto Salvo, ambos com dez euros, apenas, no Orçamento para dois mil e vinte e cinco e, de notar, que o Rossio de Porto Salvo já era uma promessa eleitoral em dois mil e dezassete. -----

-----Não vale a pena, vir o Senhor Presidente dizer, que depois, isto são rubricas que se abrem com os tais dez euros e depois muda-se a meio do ano. Porque na realidade, não é meia dúzia de vezes ao longo do ano que se fazem estas alterações permutativas, é em média uma vez por semana, isto para nós, já temos aqui dito, não é uma forma séria de fazer um documento de estratégia orçamental financeira e política, que depois é mudado cerca de quarenta vezes no ano. -----

-----No segundo eixo estratégico ambiente e alterações climáticas, registamos uma completa falta de investimento, desprezo e desprezo por área que merecia um fortíssimo investimento, que é a área da Ação Climática, Mitigação e Adaptação.-----

-----A intervenção urgente no troço canalizado da ribeira de Algés para garantir a segurança das pessoas, sobretudo das pessoas, e dos seus bens, não está neste orçamento, tendo sido remetido esse investimento para os SIMAS. -----

-----Mas, vale a pena perguntar, tendo sido entregue em setembro deste ano, no máximo em outubro, o documento é de setembro. O estudo estrutural do LNEC encomendado por este Município à parte canalizada da ribeira, em que se alerta para situações de risco elevado e muito



elevado, níveis três e quatro de colapso de um troço do caneiro ou do troço canalizado da ribeira, não deveria estar aqui previsto de forma preventiva um reforço de verba? -----

----- O LNEC recomenda intervenções de reabilitação imediatas para repor o desempenho e evitar evolução até o colapso e diz algo que nunca nos tinha sido dito, pelo menos à oposição, nunca tinha sido dada esta informação, que a Teixeira Duarte observou a situação em dois mil e vinte no troço que colapsou em novembro de dois mil e vinte e três e que já apresentava anomalias similares às que se encontram nesta inspeção.-----

----- Por isso mesmo, o LNEC reforça a urgência da intervenção nos troços em pior condição e diz assim: “As situações que atualmente estão classificadas com o nível de risco elevado três ou quatro, têm prioridade de intervenção elevada, sendo recomendado atuar com urgência numa série de vertentes...”, está no documento do LNEC. -----

----- Tudo isto, quanto a nós, é de uma gravidade elevada e requer um investimento sério e transparência que não tem havido. -----

----- Temos pois, uma continuada falta de investimento na manutenção de uma estrutura fundamental, numa zona crítica, onde vivem milhares de pessoas. -----

----- Temos um troço do caneiro, que foi aqui dito pela Senhora Vereadora Joana Baptista que não tinha manutenção há setenta anos. -----

----- A falta de investimento que é urgente na adaptação climática, é notória e neste orçamento é visível.-----

----- Quanto à mitigação das alterações climáticas que passa, por exemplo, pela produção de energias renováveis ou pela eficiência energética, temos medidas sobretudo, para supostamente tornar mais eficiente a iluminação pública em Oeiras. -----

----- Realmente temos essas medidas, porque Oeiras está muito atrasada em termos de eficiência energética na sua iluminação pública. -----

----- Nós temos iluminação super ineficiente quando já existe tecnologia Led, usada por

outros municípios há mais de uma década. -----
-----No Concelho de Oeiras, temos três por cento das luminárias de iluminação pública de Led.-----
-----Ainda se propõe um estudo, ainda estamos em Oeiras na fase dos estudos sobre esta matéria em dois mil e vinte e quatro, sobre eficiência energética e produção de energias renováveis. -----
-----Abertura de rubrica, lá está, dez euros, o que revela um enorme e incompreensível atraso do Município nesta área.-----
-----Não está orçamentada a criação de uma comunidade de energia renovável, apesar da nossa proposta, da proposta que apresentei aqui em dois mil e vinte e dois ter sido aprovada por unanimidade há mais de dois anos.-----
-----Oeiras poderia ser pioneira, mas está cada vez mais atrasada também na criação de comunidades de energia renovável. -----
-----Em termos de autoconsumo de renováveis, sobretudo solar fotovoltaico, o Concelho de Oeiras representa apenas sete por cento das unidades, as UPAC - Unidade de Produção para Autoconsumo e oito por cento da potência para autoconsumo no distrito de Lisboa. -----
-----Comparando, por exemplo, com Sintra que tem trinta por cento das luminárias de iluminação pública Led e dezassete por cento das unidades e dezoito por cento da potência para autoconsumo, no mesmo distrito, que é Lisboa. -----
-----Ambiente e alterações climáticas resumem-se neste Orçamento e em Oeiras há limpeza urbana, como dizia o Presidente numa célebre intervenção na Assembleia Municipal sobre alterações climáticas, resumem-se a para a apanhar o cocó dos cães e à manutenção dos jardins.-----
-----Em suma, refere-se que ambiente e alterações climáticas têm um peso de oito por cento do orçamento, o que na realidade seria pouquíssimo, e é pouquíssimo, mas se retirarmos os



Serviços de Higiene Urbana e manutenção dos espaços verdes, então, temos uma ínfima parte daquilo que é o orçamento para ambiente e alterações climáticas. -----

----- Os quarenta e nove mil setecentos e setenta euros para de adaptação climática são para estudos e consultoria, onde está a implementação das medidas que estão disponíveis nos estudos, há muito tidos na Câmara, da Universidade de Lisboa, o famoso MACO. -----

----- Os dois milhões para a eficiência energética são, afinal, para pagar consumos de eletricidade, que em Oeiras, como disse, é muito elevado, porque a tecnologia é muito ineficiente e para a substituição de consumíveis para ser mais eficiente, temos uma ínfima parte destes dois milhões de euros -----

----- Os estudos de revisão do PDM, vêm dentro do tema Cidade Verde Sustentável deste PDM, mas também, além disto, a publicações de editais, anúncios, registos vem tudo no mesmo, hortas urbanas nem aparecem discriminadas a nas Grandes Opções do Plano, um Concelho que ambiciona ter áreas produtivas no setor primário, designadamente agricultura, acha que tudo isso deve de ir para Barrancos, enfim, e depois fala-se dos objetivos do desenvolvimento sustentável, nomeadamente o doze, de produção e consumo sustentável., esse o Senhor Presidente mandaria para Barrancos certamente. -----

----- Na Mobilidade Urbana, o que vemos é prioridade um, circulação e estacionamento, prioridade dois, rede viária, consolidação, três acompanhar a Carris Metropolitana e quatro, estudar percursos de mobilidade suave, em suma, temos aqui as prioridades totalmente invertidas onde só se concretiza a rede viária e apenas se estudam os percursos pedonais. -----

----- Portanto, temos seis milhões de euros para infraestrutura rodoviária, se descontarmos a passagem pedonal sobre a Marginal de Algés, que há muito tem sido adiada, são quatro vírgula cinco milhões para infraestruturas para o automóvel, contra trezentos e trinta e cinco mil euros para a mobilidade suave. -----

----- Portanto, menos dez por cento do investimento em carro, do que é feito em carro. ----

-----Nas ciclovias, vale a pena dizer, que o que é importante é que haja uma rede integrada de ciclovias, mas nós temos e mera abertura de rubricas, como Ciclovias Lombos Norte, Paço de Arcos, dez euros ou novas ciclovias, dez euros e depois temos quinze mil euros, o que também é muito pouco para a rebatizada Ciclovias de Miraflores, que devia ser a Ciclovias Algés/Alfragide, mas no Orçamento chama-se Ciclovias de Miraflores, deve ser ali um bocadinho pequenino de ciclovias, que depois não vai ter a lado nenhum.-----

-----Quanto ao Eixo de Desenvolvimento Económico para a Promoção do Comércio Local, por exemplo, temos também dez euros em dois mil e vinte e cinco.-----

-----O Presidente da Câmara inaugura com grande entusiasmo, aliás, supermercados, cadeias de “fast food”, supermercados na A Cinco.-----

-----Facilita a saída de farmácias de zonas urbanas consolidadas para autoestrada onde os peões não conseguem lá chegar, mas não vemos aqui nenhuma estratégia para apoiar o comércio local ou os mercados locais.-----

-----No Eixo Sete da Educação, realmente poderia revelar bastante mais ambição para quem quer ser líder, mas depois dedica apenas quatro vírgula nove por cento do orçamento.-----

-----No Eixo Mais e Melhor Habitação, temos a grande fatia deste orçamento com o fermento do PRR.-----

-----O Programa de Habitação Pública, como já aqui temos dito e repetido, porque parece que não é muito compreendido, sempre que concretizado em solos urbanos, sem condicionantes ecológicas, em termos de instrução de instrumentos de ordenamento do território, tem merecido sempre a nossa aprovação, tal como, tem a nossa aprovação e muito, a requalificação do parque habitacional público em muitos casos já bastante degradado com humidades, problemas resultantes de uma má construção, portanto, bastante desconforto térmico para quem utiliza.-----

-----Se não houvesse PRR as obras de requalificação do edificado municipal para a melhoria da eficiência energética e conforto térmico que sempre defendemos, não teriam visto a



luz do dia com esta amplitude. -----

----- Salientar também aqui, na área da habitação, a aquisição da habitação pública temos também a abertura de uma rubrica com dez euros.-----

----- No bem-estar animal, o investimento é residual, cerca de cem mil euros. -----

----- Finalmente, no eixo denominado Governança Local e Modernização Administrativa, estão muitas coisas, mas pouco do que seria realmente investimento em boa governança local. ---

----- Depois, continuamos sem reuniões públicas filmadas, portanto, continuamos com reuniões públicas fechadas ao exterior, só as pessoas que aqui se deslocam é que podem assistir, não transmitidas enquanto os meios e temos muitos meios audiovisuais, como sabemos, estão alocados a transmitir cerimónias e inaugurações. -----

----- Orçamentos Participativos não cumpridos, inúmeros casos de orçamentos participativos não cumpridos, nomeadamente, vários que estão neste orçamento.-----

----- Participações públicas ainda com documentos em papel. -----

----- Participações públicas com sessões de esclarecimento em que há cidadãos que não podem intervir, são impedidos de intervir. -----

----- Sessões de esclarecimento, em que há pessoas que não são autorizadas a falar. -----

----- Depois, ainda se fala em aplicação transparente dos recursos financeiros, mas continuamos a constatar é o uso desregrado do Fundo de Maneio do Gabinete do Presidente em almoçaradas e jantaradas e viagens para o estrangeiro com grandes delegações, sem justificação do interesse público e com convidados que aparecem sem qualquer justificação, porque são da Juventude do INOV.-----

----- Na participação pública, vale a pena ainda dizer, que o Orçamento Participativo desapareceu e o seu substituto também está moribundo, porque, veja-se que se abre a rubrica para aquele orçamento participativo “Melhora o teu Bairro” que apareceu no orçamento passado e agora para dois mil e vinte e cinco também se abre uma rubrica com dez euros. -----

-----Para a Marca e Comunicação Estratégica não falta dinheiro, estão orçamentados cerca de dois milhões e meio de euros, isto sem contar com avenças de assessoria para gabinetes e comunicação para divulgação turística do Concelho, por exemplo. -----

-----Sobre o Orçamento Finanças e Economia, o orçamento desmente as afirmações que o Senhor Presidente repete constantemente, de que Oeiras representa doze a treze por cento do PIB Nacional. -- -----

-----Vai-se a ver e os próprios serviços desmentem-no com o número que fica abaixo de metade, cinco vírgula um por cento. -----

-----Depois, vale a pena referir, prazo de pagamentos a fornecedores, mais do que duplicou, passou de dez para vinte e um dias. -----

-----Mais de dez milhões, na rubrica Gabinetes de Assessoria, página oitenta e quatro do documento e oitenta e sete do PDF, dependendo de como o vemos.-----

-----Esta rubrica vale a pena perceber, esta rubrica é só para os Gabinetes de Assessoria ao Executivo?-----

-----É que fica acima de Lisboa e da própria Assembleia da República, que gastou acima de sete milhões de euros, portanto, estes dez milhões na rubrica de gabinetes de assessoria, vale a pena também perceber para que é que servem. -----

-----A Coligação Evoluir Oeiras, gostaria de poder votar a favor do Orçamento, mas como vemos, o orçamento tem opções que são claramente contrárias àquilo que consideramos que é essencial.” -----

(...)

-----O **Senhor Presidente** expressou: -----

-----“Senhoras e Senhores Vereadores facilitaram-me muito a vida, porque assisti a



excelentes exposições.-----

----- Começaria por dizer que este orçamento de facto é mau, muito mau. Este orçamento e estas GOP, porque nós precisaríamos de mais quinhentos milhões de euros para que ele fosse bom. O que é mau neste orçamento é falta de dinheiro, porque perante o que a Senhora Vereadora Joana Baptista referiu, relativamente aos projetos, temos tantos projetos em carteira, que quinhentos milhões de euros, se calhar não chegavam. -----

----- Ontem estive aí num encontro muito engraçado, uma jantarada, é o meu passatempo à noite, onde julgo que foi a primeira vez que assisti a uma espécie de sessão de “coaching”. A dada altura, havia várias perguntas que faziam e uma delas era que montante financeiro necessitaria para concretizar os seus sonhos e projetos. Foi no único ponto em que eu liguei lá no esquema, depois houve mais outros jogos e eu dei por mim a escrever dez mil milhões de euros, em dez anos. -----

----- Quinhentos milhões por ano, para fazer do Concelho de Oeiras, o único no mundo. --

----- Este Orçamento e estas GOP, se tem algum defeito é justamente esse, é que precisávamos de mais dinheiro. Mas justamente o dinheiro é escasso e a política também é gerir a escassez, não é só economia, a política tem de definir prioridades. -----

----- Das prioridades deste Orçamento das GOP, estão quatro áreas essenciais, que aqui já foram dissecadas e que me escuso de referir. -----

----- Em primeiro lugar a habitação e compreendam que ponha em primeiro lugar a habitação, não apenas pela dimensão financeira, mas porque a habitação é condição “sine qua non” para tudo o resto. -----

----- Depois temos a educação, o desenvolvimento social e o ambiente.-----

----- Estas quatro áreas abarcam a generalidade da vida das pessoas. -----

----- Estas são as prioridades deste orçamento.-----

----- Depois há naturalmente a interconexão de umas áreas nas outras. É isto que muita

gente ainda não percebeu, o problema de transversalidade, a transversalidade dos eventos políticos.-----

-----No processo de elaboração de um orçamento indiscutivelmente que participa muita gente. Participa o Presidente da Câmara e os Vereadores com as orientações políticas ou projetos que apresentam. Participam os dirigentes, os técnicos, os trabalhadores em geral, ninguém está inibido de o fazer. Os munícipes, que com frequência, quando nos encontramos na rua, dão sugestões que falta isto, falta aquilo. Mas não é necessário no orçamento estabelecer a limpeza da sarjeta. Mas a limpeza das sarjetas todas, a limpeza das folhas, a limpeza das ribeiras, a poda das árvores e o tapar o buraco, que vai dar cabo dos pneus dos carros ou pior do que isso, podem desviar-se e embater contra uma pessoa e provocar o sofrimento ou a própria morte, tudo está ligado. -----

-----Há uma certa dificuldade, quando as pessoas têm uma agenda específica e que não conhecem o resto. É um problema que eu ultimamente tenho falado muito nisso, a propósito da propaganda que estou a fazer aos bairros municipais, dizendo que são um paraíso. Toda a gente já se apercebeu que eu considero que os bairros sociais são um paraíso, estou a divulgar esse paraíso, estou a divulgar o que há de extraordinário nesses bairros. -----

-----Mas uma das coisas que tenho dito, é que a maioria dos políticos, sejam governantes, sejam deputados ou vereadores, um dos problemas que têm é que normalmente vão a certos locais apenas na altura das campanhas eleitorais, não conhecem a realidade. -----

-----Estes distúrbios nos bairros de habitação pública, foram bem exemplificativos do desconhecimento do brutal que a generalidade das pessoas, têm sobre o que é a vida de num bairro. Não estando agora, porque já falei nisso, a dissertar sobre a matéria, mas basta pensar que para muitos e é isso que queriam fazer, era confundir uma dúzia ou duas dúzias de marginais, de indivíduos bandidos, que provocam crimes sobre a população. Isto é que é criminoso, mas foi isto que muita gente tentou fazer, criar esta confusão, esta identificação entre uns e outros. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Razão pela qual eu tenho vindo a mostrar algumas dessas coisas. -----

----- Relativamente à participação do Orçamento e das GOP', toda esta panóplia de pessoas, com as suas sugestões, vai-se tomando nota durante o ano e todos nós ficamos surpreendidos, quando depois na discussão final, do Orçamento e das GOP, com os dirigentes, com os técnicos, aparecem-nos projetos, todos querem fazer e a dada altura já não se sabe bem quem é o político e quem o técnico.-----

----- Isto é uma coisa extraordinária, porque a dado momento até parece que é o técnico ou o dirigente que quer fazer e o político não quer.-----

----- Quem mais do que um político, quem mais do que o Presidente da Câmara, os vereadores quer fazer obra? Mas a verdade é que a dado momento, o entusiasmo é tanto e porque as pessoas recebem o “feedback” daqui e dali, apresentam projetos, insistem que seja feito com rapidez, porque este é muito importante e dizem ao Presidente da Câmara, mas este é muito importante. -----

----- A elaboração de um documento destes é altamente participativo, razão porque para mim, sempre achei que era fundamental a obtenção do máximo consenso na aprovação destes documentos.-----

----- Independentemente de os Vereadores terem pelouros ou não terem, sempre considerei que deveria haver essa disponibilidade para introduzir propostas que sejam inovadoras e que não sejam contra o nosso programa, naturalmente. -----

----- Claro que há uma maior compatibilidade, há que o reconhecer, entre, como já aqui foi falado, partidos do Centro. Entre o Inovar, o PS e o PSD, não vale a pena escondê-lo, há uma grande identificação, mal seria, representam o centro partidário, a moderação. É natural que haja mais dificuldade depois com partidos da extrema-esquerda ou extrema-direita ou com movimentos que de alguma forma têm no seu seio, partidos de extrema-esquerda ou de extrema-direita.-----

-----Foi a razão, porque eu entendi, como o faço aliás sempre, solicitar a todos os Vereadores, independentemente da sua qualidade, a participação na elaboração do Orçamento com as GOP com apresentação de propostas. Foi assim que a Senhora Vereadora Carla Castelo apresentou um conjunto de propostas, vinte ou vinte e três e a dado momento referi que estaria disponível para discutir e deixei aqui a nota para discutir no meu gabinete, o que é natural porque é no gabinete do Presidente da Câmara que essas coisas se discutem.-----

-----Devo dizer que fiquei um bocadinho surpreendido, porque tem a ver com a visão da legitimidade que as pessoas às vezes têm. -----

-----Primeiro foi aqui na reunião de Câmara com um outro Senhor Vereador, que disse que o assunto era para ser discutido aqui na reunião de Câmara.-----

-----Depois foi nas redes sociais, gostam muito de mandar recados através das redes sociais, que a reunião de Câmara era o sítio próprio para discutir as GOP e o Orçamento. Está escrito nas redes sociais, não vale a pena, contra factos, já aqui foi dito, não há argumentos. -----

-----E depois diziam que não sendo em reunião de Câmara pelo menos na sala de reuniões.--- -----

-----Vejam bem, na sala de reuniões. -----

-----Parece que fugiam do gabinete do Presidente como o “diabo da Cruz”. Não sei o que é que o Presidente da Câmara tem, mas já agora se não for em reunião de Câmara então na sala de reuniões da Câmara. Vinham ocupar esta sala enorme para quarenta ou cinquenta pessoas, quando podia receber três pessoas no meu gabinete. -----

-----Lá discutimos.-----

-----Vou só ler aqui uma parte. Foram realmente apresentadas uma série de propostas. ---

-----Acho estranho que se diga e que se apresente um protesto, logo no início da reunião, pelo facto de o Presidente da Câmara ter referido que pretendia o voto favorável da Coligação Evoluir, para aceitar as propostas que apresentavam. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A política é isto. Já foi dito como é que é na geringonça. Pôr-se naquela posição e as propostas são tão boas, tão boas que é um favor que faço que se aceite estas propostas. -----

----- Isto é ter uma visão de superioridade moral que na realidade não encaixa. -----

----- Havia duas ou três propostas que seria difícil realmente aceitar. Duas ou três apenas, mas a maioria delas são aceitáveis. -----

----- A transmissão “online” das reuniões de Câmara. -----

----- Nas redes sociais todos os dias estão a escrever “e não há transmissão das reuniões de Câmara online” e a “Câmara tem tecnologia” para não sei quê e insistem nessa. -----

----- Mas eu já disse e tenho que repetir sempre. Acham que o povo, se calhar, fica zangado por isto? -----

----- Até hoje ainda não aderi à transmissão “online” das reuniões de Câmara, que são reuniões públicas, por várias razões. -----

----- A primeira, porque acho que não estamos a prestar um serviço à população. Daquilo que me diz a experiência, é estar a criar condições para o maior afastamento ainda dos cidadãos da política e ao nível do poder local, a experiência que nós temos, é que as pessoas quando têm um problema e quando querem participar, aparecem na reunião de Câmara. Não é por acaso e é sintomático que nesta sala já chegaram a estar oitenta pessoas inscritas para falar. -----

----- Oitenta pessoas inscritas e as reuniões iam até à meia-noite. -----

----- E havia porquê? -----

----- Porque havia problemas. Havia pessoas que tinham problemas, que passavam dificuldades, que não tinham dinheiro para pagar a renda, pessoas que viviam em barracas, queriam resolver o seu problema. À medida que a Câmara foi satisfazendo esse tipo de necessidades, obviamente, foi desaparecendo e agora até temos reuniões de Câmara em que aparecem duas ou três pessoas apenas, para pôr um problema ou outro. -----

----- Até agora quis evitar e não é agora a um ano do mandato que vamos alterar essa

situação. --- -----

-----Por outro lado, também não podia aceitar, a Senhora Vereadora Joana Baptista já falou nisso, mas a ciclovia da marginal.-----

-----A ciclovia da marginal é demagogia pura insistir na ciclovia da marginal, quando se sabe que a Câmara Municipal não pode fazer a ciclovia da marginal. É da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal.-----

-----A Câmara Municipal de Oeiras, por acaso, como a de Cascais, andamos há vários anos a tentar que a gestão seja transferida para os Municípios.-----

-----Mas ainda não foi.-----

-----A Câmara Municipal não tem competências para fazer uma ciclovia na marginal e por isso mesmo, se calhar, a alternativa vai ser em toda a extensão, com algumas adaptações, ao nível do Passeio Marítimo. -----

-----Referir também o capricho, o capricho, vejam bem do que eu estou a falar. O capricho do painel eletrónico no Oeiras Parque. Porquê retirar o painel eletrónico? Porque sim.--

-----Aquele painel eletrónico, não quer dizer que não venha a sair, por exemplo, quando o edifício da Câmara estiver pronto, quando toda aquela zona estiver arranjada, é provável que o painel eletrónico possa sair dali. Mas neste momento não há nenhuma razão, pelo contrário. É um painel que presta um serviço extraordinário aos cidadãos deste concelho, porque em termos culturais, em termos de informação camarária, de minuto a minuto, passam vinte segundos de informação da Câmara Municipal. Há interesse público em manter aquele painel ali.-----

-----Fiquei surpreendido quando diz que o Presidente da Câmara manifesta total desrespeito pela oposição. -----

-----Bairro Clemente Vicente. -----

-----Há dias, lamentavelmente, houve lá um acidente de uma senhora que caiu da escada e ficou gravemente ferida. Não deixa de ser curioso, que nos últimos três anos, ninguém falou do



Bairro Clemente Vicente. -----
----- Ninguém falou no Bairro Clemente Vicente, agora vão falar muito até à campanha eleitoral. -- -----
----- Na verdade, o Senhor Vereador Nuno Neto e o arquiteto Pedro Carrilho, sabem muito bem e está previsto e está apoiado financiamento, para investir doze milhões de euros no Bairro Clemente Vicente. -----
----- Está aprovado, a Câmara Municipal está disponível. Os condóminos é que não quiseram, nem querem, por uma razão. Porque o Bairro Clemente Vicente hoje, já não é aquilo que era e não é aquilo que alguns dizem que é.-----
----- A Câmara Municipal está disponível para financiar até setenta por cento e se necessário até cem por cento, os condóminos que são habitantes do prédio. Não estamos para pagar despesas, nem podíamos, obviamente, de condóminos que não habitam lá e em que aqueles apartamentos são fontes de rendimento e há mesmo condóminos, que têm três ou quatro apartamentos naquele edifício. -----
----- O que se trata aqui, e é isso que é estranho, a alta especulação que está a acontecer há vários anos no Bairro Clemente Vicente. Especulação imobiliária pura e dura.-----
----- Dir-me-ão, mas há lá alguns moradores que estão a sofrer, infelizmente há. Neste momento são capazes de ser uns quarenta ou cinquenta. São duzentos e cinquenta apartamentos no total. O que acontece é que já há fulanos que são proprietários de três, quatro e cinco apartamentos e a Câmara Municipal já reuniu com eles e já os informou sobre as condições em que fazemos essa obra. Acontece que não foi possível organizarem-se para chegar a acordo, apesar de a Câmara Municipal tentar.-----
----- O Bairro Clemente Vicente é isto e é preciso saber dizê-lo com todas as letras.-----
----- Como muitas vezes vou às televisões não por ação, mas por reação, as televisões muitas vezes só me convidam porque alguém, entretanto fez qualquer coisa. Estou à espera, que

alguém faça um grande estardalhaço sobre o Bairro Clemente Vicente, para eu poder ir à televisão. -- -----

-----“As obras em curso, são todas um sorvedouro de dinheiro”, mas ao mesmo tempo, criticam se não estão em curso. As obras públicas são sempre um sorvedouro de dinheiro, como é óbvio. Agora é um bom sorvedouro ou não.-----

-----Por exemplo, no caso da habitação, eu acho que é um bom sorvedouro. -----

-----No caso da Educação também acho que é um bom sorvedouro. -----

-----Naturalmente, que há regras. Por exemplo, a questão que tem a ver com a revisão legal de preços é insofismável e no caso do edifício, a Câmara até fez um bom acordo. -----

-----Outras questões, só vou responder a isto por causa da ata. -----

-----A ribeira de Algés! -----

-----Quem é que pediu o estudo para a ribeira de Algés? Foi a Câmara Municipal!-----

-----A Câmara Municipal é que pediu o estudo. -----

-----Não foi o Governo, não foi a Câmara de Lisboa, não foi a Câmara da Amadora, foi a Câmara de Oeiras e pedimos o estudo justamente porque estamos preocupados, há muitos anos. -

-----Vejam bem o ridículo! -----

-----A ribeira de Algés desagua no território de Lisboa e é a Câmara Municipal que gasta todos anos trezentos ou quatrocentos ou quinhentos mil euros a desobstruir a ribeira de Algés, estando ela no território de Lisboa. Só que faz refluxo e naturalmente que a cheia vem para Oeiras. Mas a obra tem de se fazer em território de Lisboa. -----

-----Urbanizações que são aprovadas, toda a gente fala do Parque dos Cisnes. Ninguém fala na urbanização da Serra de Carnaxide, do lado da Amadora, designadamente a urbanização da antiga Marconi. -----

-----Não andamos aí a gritar aos quatro ventos, anda a Senhora Vereador Joana Baptista e o Senhor Presidente da Câmara, através dos SIMAS, justamente a tentar criar alternativas



técnicas que façam a drenagem das águas para a ribeira do Jamor, em vez de ser para a ribeira de Algés. -----

----- Andaram a fazer passeatas pela Serra de Carnaxide, mas curiosamente, nunca foram à Serra de Carnaxide do lado da Amadora. E aquela grande urbanização da antiga Marconi, que em princípio, se não houver outra solução técnica, vai drenar para a ribeira de Algés, e isso sim, vai agravar as condições de funcionamento da Ribeira de Algés. -----

----- É esta coisa, dois pesos e duas medidas. Parece que chegam ao limite da fronteira de Oeiras e os problemas acabaram todos.-----

----- Os sete milhões que vamos investir em Tercena, decorrem exclusivamente de Sintra. A água vem do lado de Massamá, mas nós é que vamos fazer o investimento. -----

----- Temos uma reunião para a semana, com a Ministra do Ambiente, dia vinte e sete. ----

----- Com o Governo do engenheiro Sócrates, tínhamos assinado um memorando para realizar as obras, na altura com o INAG, das obras da ribeira de Algés. O Estado pagava cinquenta por cento e a Câmara cinquenta por cento. Entretanto caiu o Governo do Sócrates. Passados uns anos, vem o Governo da Troika, meteu na gaveta o memorando. Entretanto, veio o Governo Socialista. -----

----- Eu e a Senhora Vereadora Joana Baptista estivemos com o Ministro do Ambiente e com o Vice-Presidente do INAG. que nos garantiu que ia ser celebrado o memorando para resolver o problema da obra da ribeira de Algés. Cai o Governo Socialista.-----

----- Agora este Governo, está lá há seis ou sete meses, já pedimos esta reunião com a Ministra do Ambiente, já não sei há quanto tempo, foi agendada agora. É claro que vamos pôr o problema à Senhora Ministra do Ambiente sobre esta questão.-----

----- Há coisas que não pode ser a Câmara a fazer. A Câmara deve contribuir, mas nós não podemos deixar de reconhecer a intermunicipalidade desta infraestruturas, é fundamental, porque caso contrário, perdemos a autoridade para impedir que o quer que seja, aconteça além-fronteiras

sem o nosso parecer. Isto não pode acontecer. -----

-----Ainda há dias disse isso, isto também é ausência de um governo metropolitano, isto cada Município anda para o seu lado, não temos regionalização, não temos um Governo Metropolitano.-----

-----É interessante, durante anos falávamos contra o Porto de Lisboa. Agora é o Porto de Lisboa que une, vejam bem, nunca pensei ver-me nesta situação. Agora vamos ter a colaboração entre Oeiras e Lisboa, com mediação, pelo facto de existir o Porto de Lisboa, porque caso contrário, não fazíamos nada juntos. É uma coisa extraordinária.-----

-----Isto para dizer que o estudo foi a Câmara encomendou, que Câmara está preocupada, para mostrarmos ao Governo, é para lhes dizer, meus Senhores, aprecem-se, é preciso resolver esta situação.-----

-----Habitação. -----

-----Não posso deixar de dar aqui uma palavra. O Senhor Vereador Nuno Neto já expôs muito bem a questão, aliás, praticamente todos os Senhores Vereadores se referiram à habitação, assim como a Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho. -----

-----Quando de uma forma, com a tal narrativa, se fala que não se pode construir na reserva ecológica e que o Presidente da Câmara de Oeiras quer construir na reserva ecológica, não quero nada construir na reserva ecológica, nunca disse isso, não há construção nenhuma em reserva ecológica, estamos todos de acordo, até porque não se pode construir em reserva ecológica. Para se construir em reserva ecológica tinha que se desafetar primeiro, não é possível construir na reserva ecológica.-----

-----Mas sempre defendi a possibilidade de construção, em reserva agrícola, desafetada claro.-----

-----Desafetar a reserva agrícola, terrenos rústicos, para construir habitação pública, exclusivamente pública e também tenho insistido, que quem diz que se tem de construir apenas



em terrenos urbanos, não quer habitação pública nenhuma, porque sabe que não se pode fazê-lo.

----- Mas felizmente o Governo Socialista, do doutor António Costa, uma das últimas decisões a tomar, foi justamente a possibilidade de construção em terreno rústico de habitação pública. --- -----

----- Não posso deixar de aplaudir o atual Governo, que no último Conselho de Ministros, às vezes é muito difícil ir contra as narrativas feitas, o Governo do PSD e da AD, na última quinta-feira, aprovaram justamente uma alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT, no sentido de permitir a construção de habitação pública, em terreno rústico e até em terreno com classificação de reserva agrícola, deste não sejam solos altamente qualificados. -----

----- Significa que a lucidez chegou aos governos, quer ao Socialista, quer ao Social-Democrata. -----

----- Fiquei muito satisfeito, porque nós estamos agora com um programa de habitação e em breve, depois de termos um levantamento dos terrenos rústicos existente no Concelho, iremos apresentar um programa novo de habitação, porque realmente faz falta. -----

----- Relativamente às propostas da Senhora Vereadora Carla Castelo todas elas podiam ser aceites, há só uma diferença, todas elas já se encontram nas GOP, indicadas pelos diferentes Vereadores, partidos, etc.. -----

----- Pura e simplesmente, para a Coligação Evoluir Oeiras, ao que parece politicamente, pensei eu, era importante expressamente que ficassem as propostas do Evoluir, mas para ficarem expressamente tem que votar a favor do Orçamento, não podem “querer sol na eira e chuva no nabal”, tem que haver envolvimento, tem que haver participação. -----

----- Não é, tomem lá as propostas, estamos aqui a fazer um favor extraordinário, as nossas propostas são miraculosas, são as melhores do mundo, tão boas, que nós podemos continuar a dizer mal do Orçamento e das GOP, a única coisa boa neste Orçamento e nas GOP

são as nossas propostas, o resto não merece a nossa concordância porque é mau, isto é inaceitável. -----

-----No entanto, era fácilimo, eu pedi ao Gabinete da Vereação Socialista, à Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho e à Senhora Vereadora Joana Baptista, não sei se a mais alguém, uma apreciação, relativamente às diferentes propostas. -----

-----Vou ler, apenas, três, não vale a pena ler tudo, porque é uma maçada: -----

- "...Criação e divulgação de uma rede de refúgios/abrigos climáticos para estarem a funcionar ainda durante o ano de dois mil e vinte e cinco, com mapeamento prévio do concelho, com a identificação e seleção dos locais mais adequados para integrar esta rede para eventos extremos (ondas de Calor e de Frio). -----

-----Análise: -----

-----Esta proposta encontra-se vertida no PAECO Vinte/Trinta, que já esteve em discussão pública e, cujo relatório e versão final, está a ser ultimado.-----

-----Implementar rede de refúgios climáticos, esta ação prevê a criação de uma rede de espaço de refúgios climáticos, assegurando, pelo menos, oitenta por cento da população o seu acesso a menos de dez minutos a pé;-----

-----Definir espaços interiores e exteriores que proporcionem conforto térmico e que estejam acessíveis à população, do modo, a que permitam enfrentar condições de temperatura extrema, frio e calor, mantendo outros usos e funcionalidades; -----

-----Promoção de ações de informação e de divulgação sobre a rede de refúgios climáticos, investimento previsto, um milhão duzentos e cinquenta mil euros;-----

-----Sensibilizar sobre ondas de calor e fenómenos de temperaturas.-----

-----Esta ação prevê a promoção de ações de sensibilização e informação relativa aos fenómenos de temperaturas extremas, ondas de calor, refúgios, etc., o investimento previsto é de trinta e sete mil euros. -----



----- Democracia energética. -----

----- Fundo municipal (com um valor em dois mil e vinte e cinco entre oitocentos mil a um milhão de euros) para apoio à constituição de Comunidades de Energia Renovável de base cidadã. Além do apoio técnico para a criação das CER, o Município suportaria os custos de constituição da entidade legal e cobriria os custos de adesão de uma percentagem não inferior a cinco por cento de famílias vulneráveis em cada CER. -----

----- Análise:-----

----- Esta proposta encontra-se vertida no PAECO Vinte/Trinta, que já esteve em discussão pública e, cujo relatório e versão final, está a ser ultimada. -----

----- Na ação seis/três/três – Promover comunidades de energia -----

----- Esta ação prevê a criação de comunidades de energia, de forma, a gerir de forma autónoma a energia renovável produzida, incluindo também a proposta número novecentos e trinta e um, de dois mil e vinte e dois, constituição do Município de Oeiras como Comunidade de Energia Renovável, aprovada em reunião de Câmara. -----

----- Investimento previsto, oitocentos e quarenta e cinco milhões de euros, sendo uma ação a realizar em continuidade nos próximos doze anos. -----

----- Adaptação às alterações climáticas. -----

----- Plantação de dez miniflorestas urbanas segundo o método “Miyawaki”, uma por cada localidade que correspondem as dez freguesias num processo participativo com as populações e especialistas, em terrenos municipais e/ou de empresas e outros privados disponíveis para aderir. -----

----- Criação de pelo menos cinco espaços públicos multifuncionais com a capacidade de reter a água da chuva e amortecer o pico de cheia nas cinco bacias hidrográficas do concelho, (ribeiras da Laje, Porto Salvo, Barcarena, Algés e rio Jamor). -----

----- Análise:-----

----- Estas propostas, encontram-se vertidas no PAECO Vinte Trinta, que já esteve em

discussão pública e cujo o relatório e versão final está a ser ultimada, aplicar espécies e/ou variedades menos exigentes em água ou adaptadas à escassez de água, tendo em conta o risco do aumento de temperatura e a ocorrência de ondas de calor. -----

-----Relativa à proposta de plantação de infraestruturas urbanas, esta ação, prevê: -----

-----A elaboração de um estudo e respetiva implementação para identificação integração de espécies e/ou variedades menos exigentes ou adaptação a escassez de água. -----

-----A diminuição do consumo de água dos espaços verdes urbanos e incrementar a utilização de espécies autóctones em detrimento de exóticas, apostando em espécies mediterrâneas, com menor solicitação de água, maior resiliência e que promova a qualidade do ar, considerando a época e os locais de plantação. -----

-----Analisar a situação atual ao nível da adequação das espécies existentes e integração de novas espécies. -----

-----Selecionar as espécies considerando igualmente ter a emissão de agentes aerobiológicos tais como pólen. -----

-----A implementação de um programa de plantação de vegetação adaptado ao clima e alterações climáticas em espaço verde público. -----

-----A criação de regulamento municipal para utilização de vegetação adaptada ao clima e alterações climáticas em espaço verde público. -----

-----Além disso, esta ação interliga com o eixo estratégico três, economia circular e consumo responsáveis e o eixo estratégico cinco, sistema hídrico e orla estuarina, investimento previsto, oitenta e sete mil e quinhentos euros. -----

-----Melhorar o sistema de drenagem promover a retenção e ou infiltração de águas pluviais, relativo à proposta de criação de pelo menos cinco espaços públicos multifuncionais com capacidade de reter água da chuva, esta ação tem como subjetivo aumentar o aproveitamento de água pluvial e a redução do consumo de água potável e aumentar a



salvaguarda das infraestruturas da drenagem da água pluvial, investimento previsto, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos euros.-----

----- Estão todas respondidas, as questões às vinte e três propostas que a Senhora Vereadora Carla Castelo apresentou, no fundo para dizer que tudo está considerado nas GOP e Orçamento ou seja, a Senhora Vereadora não nos dá novidade nenhuma. -----

----- Tanto não nos dá novidade nenhuma, que também do Gabinete da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, recebi um documento que fiquei muito surpreendido, falou-se muito por alto e realmente significa que nós somos pouco propagandistas. -----

----- Na realidade, precisamos de investir muito mais em comunicação, mas muito mais, porque, é interessante, a Coligação Evoluir Oeiras censura a Câmara, porque diz que gasta muito dinheiro em comunicação, que temos muitas avanças em comunicação, mas os cidadãos queixam-se do contrário.-----

----- No último Boletim Municipal mandámos publicar todas as políticas sociais que a Câmara Municipal promove a favor dos nossos cidadãos, uns reagiram muito positivamente, porque finalmente souberam, outros que já sabiam, muitos outros não sabiam de nada e que a Câmara realmente devia informar mais e devia haver um folheto, porque nem todas as pessoas lê o boletim, portanto, toda a gente se queixa que a informação da Câmara devia ser mais robusta.--

----- Mas, reparem e eu não posso deixar de falar nisto, e com isto termino a minha apreciação do Orçamento e das GOP, até porque ela foi feita muito bem pelos Senhores Vereadores. -----

----- Eu sei que é muito complicado, ficar sem chão. Aqui há uns anos, julgo que a Senhora Vereadora Carla Castelo era muito jovem, a inspiradora das jornalistas da idade dela na altura, era a Luísa Schmidt, uma senhora que eu sempre apreciei muito, porque realmente ela escrevia factualmente. Era realmente a jornalista mais conceituada na área do Ambiente e das políticas das alterações climáticas, era uma espécie de “guru” dos jornalistas que dava os

primeiros passos nessa área ambiental. Ao que parece a Luísa Schmidt costuma fazer parte destes júri e portanto, mais uma vez, contra factos não há argumentos.-----

-----Isto é mesmo quase diabólico, como é que os ventos estão tão favoráveis a Oeiras! Isto deve ser, com certeza, parece que tudo se conjuga, para contrariar aqueles que consideram que não conseguem vislumbrar um motivo de elogio. Ao longo destes quatro anos, nunca vi a Senhora Vereadora Carla Castelo a elogiar, tanta coisa boa e nunca elogiou nada. -----

-----Nas alterações climáticas, afinal, a especialista das alterações climáticas, a grande agenda das alterações climáticas da Coligação Evoluir Oeiras, o investimento que a Senhora Vereadora Carla Castelo faz em dar-nos lições, a todos nós, de alterações climáticas, não somos os ignorantes. o município de Oeiras é primitivo na alterações climáticas, pois bem, somos o primeiro município do país, só!-----

-----Então é assim: nos indicadores ECO Vinte Um, Alterações climáticas, cem pontos em cem. O primeiro município nacional, Não pode dizer que sim, nem que não, aí é o tempo que lhe sai de baixo dos pés, que lição é que a gente já aprendeu com a Senhora Vereadora Carla Castelo? --- -----

-----Zero, zero! -----

-----Vem para aqui com retórica, anda aqui durante três anos a apregoar retórica e, afinal, como calculam obter esta pontuação, não é de à quinze dias ou um mês. É um trabalho que se vai consolidando ao longo dos anos e, portanto, no que diz respeito, por exemplo, aos municípios que obtiveram melhores pontuações foram, Pombal e Oeiras. Pombal com noventa e três por centos, isto na globalidade dos indicadores dos ODS e Oeiras com noventa e dois ponto oito. ----

-----Atenção, dos municípios com mais de cem mil, nenhum se aproxima de Oeiras. -----

-----Na restante classificação, temos na cooperação com a sociedade civil em matéria de ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, cem pontos. -----

-----Alterações climáticas, cem pontos. -----



----- Saúde e bem-estar, cem pontos. -----

----- Qualidade do ar e informação ao público, cem pontos. -----

----- Emprego, noventa e seis ponto sete. -----

----- Valorização do papel da energia na gestão municipal, noventa e três ponto um. -----

----- Promoção de recolha seletiva e valorização de resíduos urbanos, noventa e dois ponto nove.-----

----- Certificação dos sistemas de gestão, noventa e dois ponto cinco. -----

----- Qualidade do Ambiente sonoro, noventa. -----

----- Promoção e educação ambiental, oitenta e oito ponto um. -----

----- Mobilidade sustentável, oitenta e sete ponto cinco. -----

----- Turismo sustentável, oitenta e sete ponto cinco. -----

----- Água segura e qualidade dos serviços de água, oitenta e quatro ponto seis. -----

----- E por aí fora, o que significa que, na realidade não vale a pena vir “pregar para esta paróquia”. -----

----- A Senhora Vereadora Carla Castelo, aprenda alguma coisa connosco, aprenda alguma coisa que os técnicos desta Câmara Municipal, aprenda a prática, porque uma coisa é a teoria, a retórica e outra coisa é a concretização.-----

----- Assuma alguma humildade e, pelo menos dê os parabéns aos funcionários desta casa, aos técnicos desta casa, que conseguiram resultados. Não é ao Presidente da Câmara, é à equipa dos diferentes setores da Câmara Municipal que conseguiram isto.-----

----- Está tudo dito em matéria do que efetivamente poderiam ser os ensinamentos da Senhora Vereadora Carla Castelo, porque não só, não ensina nada como ainda por cima, é ingrata, porque não reconhece aquilo que pessoas empenhadas, procuram fazer concretizando aquilo que, afinal, é a sua aspiração. -----

----- A sua aspiração é realmente boas medidas, boas políticas no sentido de adaptação às

alterações climáticas. Ora bem se estão a fazer, não é, ao menos, devia reconhecer o mérito desse trabalho, portanto, tire uma conclusão. -----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo, se votasse a favor deste orçamento ou se abstivesse é porque ele era mesmo mau!”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

-----“Fiz algumas perguntas na minha intervenção inicial e relativamente ao troço canalizado da ribeira de Algés dentro do município de Oeiras, perguntei exatamente, o que é que estava previsto para reforço de investimento, porque o LNEC aponta a necessidade de obras imediatas. - -----

-----O Senhor Presidente, veio dizer que era no concelho de Lisboa. Não, aquilo que é apontado no estudo do LNEC é no concelho de Oeiras, é em Algés, isso é só uma retificação e já agora se poder responder era importante. -----

-----Depois foram aqui ditas coisas inacreditáveis, desde que eu faço ataques de carácter e não faço ataques de carácter nenhum. Eu disse exactamente, factualmente aquilo que se passou na reunião, o Senhor Presidente diz novamente que está tudo nas GOP. -----

-----Disse ainda há pouco, portanto, diz e desdiz, que não poderia aprovar uma série de medidas, nomeadamente, o painel informático entre outras, mas depois diz que está tudo nas GOP. -----

-----Não está, e aliás, nas GOP não está nenhuma das medidas, tal como nós propusemos, naquilo que propusemos nem para este ano, nem para o ano passado, não está. -----

-----Aquilo que o Senhor Presidente leu são coisas, por exemplo, a doze anos ou a dez anos. Uma rede de abrigos climáticos, identificá-los e dar informação às pessoas, estar com um período temporal tão elevado parece perfeitamente descabido.-----

-----Mas mais uma coisa, não sei ainda se vou concorrer em dois mil e vinte cinco, mas dizer que é a última oportunidade e que já cá não estou mais! Não, pelo menos até setembro de



dois mil e vinte cinco, ainda cá estarei, apesar do “bullying” muitas vezes que aqui sofro, ainda que, enfim, acabe por ter resistência para o aguentar. Hoje até com uma ameaça de agressão física, porque parece que temos uma Vereadora que se assume também como animal feroz, faz lembrar outra pessoa, enfim, a verdade é que aqui nunca faço, nem ataques de carácter, nem quero dar lições a ninguém e nunca me assumo como professora que não sou, portanto, essas críticas, passam-me a pouco um pouco ao lado.”-----

----- Usando da palavra o **Senhor Presidente** referiu. -----

----- “A Senhora Vereadora Carla Castelo, tem que analisar melhor os escritos que produz nas suas redes sociais e depois veja se não faz ataques de carácter, mas isso é uma avaliação que a Senhora Vereadora deve fazer -----

----- Relativamente a questões de orçamento, está tudo esclarecido. -----

----- O problema da ribeira de Algés, de obras no território de Oeiras, como é obvio a ribeira é só uma e, portanto, a resposta já lhe foi dada.-----

----- A Câmara Municipal aguarda um parecer, uma decisão do Ministério do Ambiente e é nessa altura, por isso pedimos um parecer do LNEC. A obra não tem que ser parcelar, a obra tem que ser global, tem que resolver o problema, não se vai fazer uma obra num setor de cinquenta ou cem metros e depois fica o resto na mesma. Uma coisa é colapsar, outra coisa é estarmos todos os anos a ter cheias só porque a secção da ribeira não comporta aquele fluxo de água.-----

----- Não vamos discutir isso agora tecnicamente, essa é uma questão que eu já dei a resposta, a Câmara Municipal aguarda agora uma posição do Governo sobre essa matéria. -----

----- Quanto às propostas, felizmente que nestas GOP está lá tudo, está tudo de tal forma, que já estamos com cem por cento, somos o município número um no combate às alterações climáticas. -----

----- Se porventura os ensinamentos de Vossa Excelência, são bons e se estão corretos,

então quer dizer que já os estamos seguir há muito tempo, aliás, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, antes de existirem os ODS das Nações Unidas, já nós os prosseguia-mos há muito tempo, não estivemos à espera que as Nações Unidas viessem dizer que era preciso realojar as famílias que vivem em barracas, porque nós fizemo-lo.-----

-----Há muito tempo, que são adotadas políticas sociais, políticas culturais, políticas desportivas, de atividade física e de saúde, etc., que são consideradas nos itens de avaliação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e, portanto, o resultado é este, que trouxe aqui. -----

-----Todos devíamos ficar orgulhosos por isto. Eu sinto-me muito orgulhoso.” -----

PCH – Partido Chega

Reunião realizada a 27/11/2024

Presença: Deputado Municipal Francisco O'Neil

O Senhor Vice-Presidente deu início à reunião, apresentando as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano e as prioridades do Município para 2025: Habitação, Educação e Ação Social.

O Partido Chega questionou sobre qual a previsão de despesa associada ao edifício Fórum, tendo sido esclarecido que são 11 milhões. Mencionou ainda a existência de falhas de planeamento e previsibilidade financeira, uma vez que no espaço de dez meses, a Câmara Municipal de Oeiras realizou dezenas de alterações orçamentais permutativas e 8 modificativas.

Questionou ainda sobre as medidas no âmbito das políticas de ação social no apoio à população portadora de deficiência, nomeadamente propondo a criação de uma casa de acolhimento para crianças e adultos, quando ocorre o falecimento dos pais e sem irmãos. Mencionou ainda que a Fundação Liga tentou desenvolver este projeto em Lisboa sem sucesso. O Senhor Vice-Presidente disponibilizou-se a receber e analisar a proposta para Oeiras.

Relativamente às questões de segurança nos bairros municipais, o Partido Chega questionou sobre a sinalização de indivíduos pela PSP que habitam no Parque Habitacional Municipal, por vandalismo do património público, que devia de haver consequências, como a perda do direito à habitação ou associar coimas elevadas. O Senhor Vice-Presidente referiu que o que existe está previsto em regulamento e que o Município não é Tribunal, pelo que não há penas acessórias.

O Partido Chega manifestou ainda que a área da construção civil devia de ser um sector regulado em prol da comunidade, no entanto beneficia privados devido a ser uma área dominante nas Câmaras Municipais.

Foi ainda identificado a necessidade de promover mais e melhores políticas na área da Proteção Civil, em particular no sistema AVISO e ALERTA de tsunami, com a implementação de sinalética e sistema de alerta sonoro. O Partido Chega informou que continua, desde 2023, a não ser divulgado junto da população os resultados dos estudos existentes no Município sobre a temática para conhecimento dos riscos associados.

O Partido Chega mencionou que o apoio anual atribuído à empresa Município, S.A., é um erro financeiro, exemplo de má gestão, propondo que a verba seja utilizada em outras respostas às necessidades da população como um Hospital de Urgências em Oeiras, tal como A Parques Tejo. O Partido Chega referiu que a Oeiras Viva tem realizado um bom trabalho.

PAN - Pessoas, Animais e Natureza

Reunião realizada a 27/11/2024

Presença da Deputada Municipal: Sílvia Marques

O Senhor Vice-Presidente deu início à reunião, apresentando as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano e as prioridades do Município para 2025: Habitação, Educação e Ação Social.

A Deputada Municipal Sílvia Marques apresentou propostas no âmbito da defesa do ambiente (7 propostas), apoiar as pessoas (15 propostas), defender os animais (16 propostas) e defender a transparência e a democracia participativa (1 proposta).

Na sequência das propostas apresentadas pelo PAN, este foi informado que existe um reforço da política ambiental e animal, através do CROAMO e de ações de sensibilização. Foi ainda informado que as propostas iriam ser analisadas à luz do já planeado e em curso.

Transcrição das propostas do PAN:

- Defender o Ambiente - Transição energética, para que seja uma realidade e não mera ilusão.

1. Instalação de painéis fotovoltaicos e solares em todos os equipamentos públicos onde seja possível/necessário, incluindo escolas.

Objetivo: Fomentar a transição energética, combate às alterações climáticas e redução dos custos com eletricidade;

2. Apoiar a criação de comunidades energéticas, bem como estude gerir a rede de baixa tensão.

3. Partilha periódica no sítio do município dos registos sobre a quantidade de resíduos produzidos e reciclados no concelho.

4. Fomentar a utilização de critérios de adjudicação que promovam as compras ecológicas e circulares nos principais procedimentos de contratação pública.

5. O município deveria fazer um levantamento de todas as árvores e iniciar processos de classificação que protejam enquadramentos paisagísticos característicos pelas suas árvores, equiparando o património arbóreo a outro património histórico edificado.

6. Estudar a possibilidade de implementar coberturas verdes nos abrigos de passageiros (autocarros, táxis, etc) e outras estruturas municipais no concelho de Oeiras.

7. Ecopontos móveis para artigos que a maioria das pessoas não sabe onde colocar. Pelo menos 3 em cada freguesia e circulares pela mesma rotatividade.

- Apoiar as Pessoas

1. Disponibilização de pelo menos 1000 camas para estudantes Universitários

Objetivo: Reduzir a pressão imobiliária no concelho e os custos da educação universitária.

2. Contratação de 1 nutricionista e psicólogo por cada 1200 alunos do ensino público (3o ciclo e secundário) de modo a oferecer pelo menos uma consulta anual a cada estudante;

Objetivo: Apesar do custo significativo, sabemos que na saúde, a aposta na prevenção e criação de hábitos saudáveis gera sempre poupanças a longo prazo.

3. Inclusão, no currículo escolar, de aulas de robótica; programação; primeiros socorros; língua gestual portuguesa; código da estrada para o uso de bicicleta e outros meios suaves

Objetivo: Fruto de políticas nacionais, o sistema de ensino ainda se encontra no mesmo modelo e com as mesmas aprendizagens do século passado. No entanto, o mundo e as necessidades da sociedade mudaram e hoje a aposta na tecnologia deve estar incluída na base do sistema educativo. Com a descentralização de competências, Oeiras pode ser pioneiro nestas disciplinas.

4. Garantir a segurança nas passadeiras.

5. Criação de uma incubadora de artistas.

Objetivo: Iniciar um projeto pioneiro ao nível nacional de apoio ao desenvolvimento das artes e de novos artistas, facilitando a sua criação, disponibilizando os meios e recursos físicos, técnicos e teóricos necessários, num único espaço “fervilhante”, com diversas atividades de produção cultural.

6. Criação da equipa de manutenção digital para as escolas.

7. Criação de um plano municipal de combate ao desperdício alimentar, que preveja um conjunto de objetivos e de medidas para os complementares que sejam capazes de mobilizar e fortalecer as parcerias com a sociedade civil, nomeadamente com as entidades do sector social e com o tecido empresarial, tendo em vista otimizar as boas práticas já existentes de combate ao desperdício alimentar, através do aproveitamento dos excedentes, de modo a serem distribuídos pelos que deles necessitam.

8. Introduzir uma política de desperdício zero nas cantinas e refeitórios sob gestão municipal.

9. Disponibilização gratuita de embalagens 100% biodegradáveis para as refeições prontas a consumir aos estabelecimentos de restauração do concelho, uma medida defendida pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal como forma de incentivar as empresas a realizar doações dos seus excedentes alimentares e, assim, evitar o desperdício.

10. Criação, no âmbito do Programa Municipal de Cuidadores Informais, de um apoio monetário aos cuidadores informais.

11. Disponibilização em todos os serviços do município de respostas de vídeo-interpretação em língua gestual portuguesa, que permita colocar surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos os serviços são acessíveis até ao final do próximo ano.

12. Assegurar, em articulação com as Freguesias, a adaptação dos abrigos de passageiros existentes no Município, de modo a assegurar uma maior acessibilidade, o cumprimento pleno da legislação sobre acessibilidades e a assegurar a progressiva eliminação das barreiras existentes, nomeadamente por via da introdução de corrimãos para leitura em braille do número de degraus, da disponibilização dos horários dos transportes em braille ou da instalação de elevadores/plataformas elevatórias para cadeira de rodas.

13. Criação de uma bolsa de intérpretes de língua gestual a ser utilizada pelas escolas do município, passível de ser utilizadas no apoio a alunos surdos ou por famílias com progenitor surdo com filho em idade escolar.

14. Criação de uma campanha de sensibilização contra a discriminação e a xenofobia nas escolas.

15. Criação, em articulação com as escolas e comunidades escolares, de um programa municipal de prevenção do Bullying nas escolas do concelho, que preveja nomeadamente a existência de campanhas de sensibilização

e a aposta em ações de formação direcionadas para a aquisição de responsabilidade e de atitudes cívicas, a frequentar pelo causador do ato de violência e pelo respetivo encarregado de educação.

- Defender os Animais

1. Garantir que o Hospital Veterinário Solidário é uma realidade.
2. Criação da Agenda para o Bem-Estar Animal de Oeiras.
3. Criar a figura do Provedor Municipal dos Animais.
4. Criar um cemitério público para os animais em Oeiras.
5. Garantir que todos os gatos das colónias são chipados.
6. Banco solidário Animal Municipal.
7. Não apoiar eventos com animais.
8. Reforço das verbas para programas CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) como forma de controlar a população de animais errantes ou abandonados.
9. As cuidadoras das colónias terem acesso a desparasitantes gratuitos ou a preço de custos para as suas colónias, 2 vezes por ano.
10. Continuar a instalação de abrigos para gatos nos parques urbanos do Concelho, em colaboração com as Juntas de Freguesia.
11. Assegurar que nos parques urbanos do Concelho em que haja animais, existe a divulgação em local visível do nome do funcionário responsável pela alimentação e tratamento dos animais e horário da respetiva alimentação, e de um contacto para realizar eventuais denúncias de maus-tratos ou para pedir socorro caso o animal necessite.
12. Criação de um espaço municipal capaz de receber em condições adequadas animais de médio e grande porte, apreendidos no concelho.
13. Implementação real de pombais contraceptivos.
14. Criação de um Plano Municipal de Intervenção Animal

Objetivo: Criação de uma plataforma municipal que envolva Proteção Civil, Câmara Municipal, Clínicas e Hospitais Veterinários e outras parcerias municipais como hotéis de alojamento animal e associações animais. No sentido de criar um conjunto de procedimentos comuns a todas as entidades na recolha e socorro animal do concelho, incluindo formações para Corporações de Bombeiros e todos os funcionários que lidam com animais. Devemos ainda assegurar a disponibilidade 24h/dia de enfermeiros veterinários na ambulância animal e/ou através de parcerias com outras entidades.

15. Criação de um Centro de Recolha de Animais da Pecuária.

Objetivo: Um pouco por todo o mundo e por todo o país, surgem cada vez mais projetos de resgate de animais da pecuária. A Quinta das Águias em Paredes de Coura, a Quintinha da Liz em Viseu, são exemplos de como estes projetos mobilizam a população e até o turismo. Em Oeiras, temos condições para formalizar o primeiro Centro de Recolha de Animais da Pecuária com gestão pública ou partilhada, sendo pioneiros e disruptivos.

16. Criar protocolos efetivos com hotéis, Santuários, Associações para assegurar uma resposta quando o CROAMO está cheio.

- Defender a Transparência e a Democracia Participativa

Criação de um regulamento municipal que enquadre e discipline, de forma consequente e eficaz, a atividade de lobbying junto dos órgãos municipais, assegurando a criação de um Registo Municipal de Transparência de Representação de Interesses e de Lobbies (no qual todos os lobistas deverão estar previamente inscritos para estabelecer contactos com os órgãos municipais ou os seus titulares nesse âmbito e que registre todos os contactos ocorridos). O que não invalida a divulgação no sítio na internet do município dos elementos relativos ao registo de interesses dos titulares de cargos políticos nos órgãos municipais e dos dirigentes dos serviços do município, nos termos exigidos pelo disposto no número 3 do artigo 15.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, bem como, a divulgação da documentação institucional do município em formato aberto e pesquisável, de modo a ser mais acessível aos munícipes.

CDU - Coligação Democrática Unitária

Reunião realizada a 26/11/2024

Presenças: Deputado Municipal Carlos Coutinho e Deputado Municipal Aníbal Guerreiro

O Senhor Vice-Presidente deu início à reunião, apresentando as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano e as prioridades do Município para 2025: Habitação, Educação e Ação Social.

A CDU - Coligação Democrática Unitária propôs a criação de uma lota, por exemplo em Paço de Arcos ou no Porto de Recreio com estacionamento em Paço de Arcos. O Vice-Presidente esclareceu que o Município aguarda resposta do Ministério há 6 anos para a criação da Marina em Paço de Arcos, onde havia lugar para um pequeno Porto de Pesca.

A CDU - Coligação Democrática Unitária propôs a inserção de areias na praia na área do Dafundo de forma a criar a “Costa de Oeiras”, estendendo a mesma até à zona do Jamor, com uma única praia.

Na temática da proteção civil e bombeiros no Dafundo, a CDU - Coligação Democrática Unitária menciona a importância de estes terem uma embarcação para intervenção marítima, por exemplo mota de água.

A CDU - Coligação Democrática Unitária mencionou as condições existentes na escola de Miraflores, tendo sido esclarecido que não existe expansão da mesma, apenas requalificação, uma vez que existe uma nova no Alto de Algés.

Na área da habitação, a CDU - Coligação Democrática Unitária questionou sobre o número de habitações previstas no programa municipal o qual foi esclarecido que são mais de duas mil, estando prontas em 2025 os empreendimentos da Junça, Alto da Montanha e Aciprestes, no âmbito do PRR. Sobre a habitação jovem anunciada na Marginal, foram esclarecidos que a mesma estava programada recorrendo a verbas do Município, sendo que agora com o PRR, a construção irá avançar.

A CDU - Coligação Democrática Unitária questionou ainda sobre a obra do Fórum, tendo sido informada que está prevista a sua conclusão em 2026. A CDU questionou ainda sobre qual a futura utilização dos espaços que atualmente ocupados pelos serviços municipais. O Senhor Vice-Presidente informou que o edifício dos Paços do Concelho será mantido como sede e para receções oficiais; também será desenvolvida uma residência de cientistas.

A CDU - Coligação Democrática Unitária mencionou ainda a necessidade de voltar a existir uma farmácia no Dafundo, não apenas pelo apoio na área da saúde e medicamentos, mas também pelo trabalho de apoio social que desenvolvem junto da população sénior.

IL – Iniciativa Liberal

Reunião realizada a 28/11/2024

Presença: Deputado Municipal Anabela Brito

O Senhor Vice-Presidente deu início à reunião, apresentando as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano e as prioridades do Município para 2025: Habitação, Educação e Ação Social.

Iniciativa Liberal começou por questionar sobre a obra do edifício Fórum, nomeadamente custos e cronologia. O Senhor Vice-Presidente esclareceu que o custo será de cerca de 11 milhões de euros e prevê-se estar totalmente terminado em 2026, com a integração dos primeiros serviços municipais no edifício.

Sobre a educação a Iniciativa Liberal questionou sobre o valor das obras de requalificação em curso, no ensino não superior, tendo sido informados que são cerca de 9 milhões de euros. Sobre a área da cultura a Iniciativa Liberal propôs que seja desenvolvida uma rede integrada de passeios do Município, uma vez que existem nas Juntas de Freguesia, exemplo caminhadas e passeios de bicicleta. No âmbito do turismo a Iniciativa Liberal mencionou a necessidade de se desenvolver mais esforços para potenciar o turismo de Oeiras, sobre o qual o Senhor Vice-Presidente informou que têm sido desenvolvidos vários esforços nesse sentido.

A Iniciativa Liberal propõe ainda a promoção das lojas históricas, localizadas nos Centros Históricos e de comércio tradicional, bem como a reativação dos Mercados. Mencionou ainda a necessidade de uma Loja do Cidadão, tendo sido esclarecida que está uma Loja do Cidadão em projeto para o antigo edifício da AERLIS. Na área de desenvolvimento comunitário a Iniciativa Liberal referiu a necessidade de um levantamento das associações existentes e valências, de modo a promover uma rede integrada de respostas à população. O Senhor Vice-Presidente esclareceu que existe registo e conhecimento da atividade, mas a sociedade civil tem liberdade para determinar a ação e o modo que a concretiza.

Relativamente às Reuniões de Câmara, a Iniciativa Liberal, reforçou a importância da sua transmissão. Sobre os requerimentos submetidos, a Iniciativa Liberal mencionou a demora na resposta e de como estas muitas vezes não respondem na totalidade ao requerido. Informou, no entanto, que não tem nenhum requerimento pendente, mas quando teve a resposta foi muito demorada.

A Iniciativa Liberal propôs a existência da figura “Provedor do Município”, ao qual o Senhor Vice-Presidente informou que está previsto e que será possível após a alteração da Lei em vigor. Sobre o tráfego junto das escolas, derivado da entrada e saída de crianças dos automóveis, mencionou a necessidade de intervenção para organização dos espaços, de forma a não se verificar engarrafamentos, por via da Polícia Municipal ou escolas.

A Iniciativa Liberal referiu ainda que as propostas submetidas à Assembleia Municipal, no âmbito da isenção de taxas de eventos, são em factos consumados e devem de ser submetidas previamente.

Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei.

Reunião realizada a 22/11/2024

Presença: Deputada Municipal Mónica Albuquerque e Dr. Carlos Metelo

O Senhor Vice-Presidente deu início à reunião, apresentando as linhas gerais do Orçamento e Grandes Opções do Plano e as prioridades do Município para 2025: Habitação, Educação e Ação Social.

O Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei referiu que as reuniões de direito de oposição deviam realizar-se mais vezes ao longo do ano, e, apenas depois da disponibilização do documento GOP. Informaram ainda que a reunião realizada pelo Senhor Presidente com a Vereadora sem pelouros da Câmara Municipal de Oeiras do Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei, não teve consequência, uma vez que as propostas apresentadas não tiveram reflexo no documento do Orçamento 2025. Referiram ainda que na área da habitação a votação contra (6 PD) não tem que ver com o facto de serem contra a habitação, mas sim por incidirem na temática da gestão do território; mencionaram a importância da transmissão pública das Reuniões de Câmara, sobre as quais o Senhor Vice-Presidente informou que as reuniões dos órgãos executivos não são de transmissão pública, apenas dos órgãos deliberativos.

O Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei apelou ao agendamento de um ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal para discussão do relatório de direito de oposição em abril, juntamente com a informação do Senhor Presidente. Mencionaram ainda o condicionamento na entrega de declarações de voto, uma vez que na Assembleia Municipal são 24 horas e na Reunião de Câmara até ao final da mesma, limitando o exercício desse direito. Referiram que as declarações de voto não têm resposta.

Durante a reunião de direito de oposição o Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei deixou claro a necessidade de apoio jurídico para o desenvolvimento da atividade, bem como de apoio técnico direto, referindo que a Câmara Municipal não dá o devido apoio. O Senhor Vice-Presidente informou que o Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei pode, sempre que precisar, recorrer ao GCAJ – Gabinete Contencioso e Apoio Jurídico, apenas não pode ter técnicos superiores afetos ao Gabinete Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei, e que o Município cumpre a lei.

Relativamente às propostas de deliberação, o Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei referiu que quando mencionado número de cabimento, esta proposta tem de ter em anexo a ficha de cabimento. O Senhor Vice-Presidente informou que não é obrigatório. Perante esta informação o Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei irá pedir parecer jurídico sobre o assunto.

Sobre os requerimentos que o Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei realizou, ao longo do tempo, mencionaram que ainda se encontram muitos destes por responder e muitas das respostas devolvidas são incompletas ou “ao lado”. O Senhor Vice-Presidente que a resposta é com a informação disponível ou a real e que, recorrentemente o Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção

da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei, fica descontente por não ter a resposta desejada.

O Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei mencionou o seu descontentamento com o facto do relatório anterior do direito de oposição não ter sido submetido para auscultação, no âmbito da consulta prévia, apenas ter sido apresentada uma versão final do mesmo. O Senhor Vice-Presidente informou que a Câmara Municipal de Oeiras cumpre sempre a lei.

O Grupo Político Evoluir Oeiras, constituído na Assembleia Municipal após a extinção da coligação Evoluir Oeiras (Bloco de Esquerda, Livre e Volt), nos termos da Lei informou que as propostas a apresentar à Câmara Municipal de Oeiras são as mesmas apresentadas anteriormente (23 propostas) na Assembleia Municipal de Oeiras.

Partido Social Democrata (PSD)

O Partido Social Democrata não participou no Direito de Oposição, uma vez que tem pelouros na Câmara Municipal de Oeiras.

Partido Socialista (PS)

O Partido Socialista não participou no Direito de Oposição, uma vez que tem pelouros na Câmara Municipal de Oeiras.

De: [Silvia Marques](#) [REDACTED]
Para: [Vanessa Filipa Ribeiro](#)
Assunto: Fw: Direito de oposição 24
Data: 27 de novembro de 2024 11:16:58

E-MAIL EXTERNO: - Por favor analise bem todo o e-mail antes de abrir anexos ou carregar nos links recebidos -

Enviado de [Outlook para Android](#)

From: Silvia Marques [REDACTED]
Sent: Wednesday, November 27, 2024 10:17:13 AM
To: Silvia Marques [REDACTED]
Subject: FW: Direito de oposição 24

DEFENDER O AMBIENTE

Transição energética, para que seja uma realidade e não mera ilusão.

1. Instalação de painéis fotovoltaicos e solares em todos os equipamentos públicos onde seja possível/necessário, incluindo escolas.
Objetivo: Fomentar a transição energética, combate às alterações climáticas e redução dos custos com eletricidade;
2. Apoiar a criação de comunidades energéticas, bem como estude gerir a rede de baixa tensão
3. Partilha periódica no sítio do município dos registos sobre a quantidade de resíduos produzidos e reciclados no concelho.
4. Fomentar a utilização de critérios de adjudicação que promovam as compras ecológicas e circulares nos principais procedimentos de contratação pública.
5. O município deveria fazer um levantamento de todas as árvores e iniciar processos de classificação que protejam enquadramentos paisagísticos característicos pelas suas árvores, equiparando o património arbóreo a outro património histórico edificado.
6. Estudar a possibilidade de implementar coberturas verdes nos abrigos de passageiros (autocarros, táxis, etc) e outras estruturas municipais no concelho de Oeiras.
7. Ecopontos móveis para artigos que a maioria das pessoas não sabe onde colocar. Pelo menos 3 em cada freguesia e circulares pela mesma rotatividade.

APOIAR AS PESSOAS

1. Disponibilização de pelo menos 1000 camas para estudantes Universitários
Objetivo: Reduzir a pressão imobiliária no concelho e os custos da educação universitária.
2. Contratação de 1 nutricionista e psicólogo por cada 1200 alunos do ensino público (3o ciclo e secundário) de modo a oferecer pelo menos uma consulta anual a cada estudante;

Objetivo: Apesar do custo significativo, sabemos que na saúde, a aposta na prevenção e criação de hábitos saudáveis gera sempre poupanças a longo prazo.

3. Inclusão, no currículo escolar, de aulas de robótica; programação; primeiros socorros; língua gestual portuguesa; código da estrada para o uso de bicicleta e outros meios suaves

Objetivo: Fruto de políticas nacionais, o sistema de ensino ainda se encontra no mesmo modelo e com as mesmas aprendizagens do século passado. No entanto, o mundo e as necessidades da sociedade mudaram e hoje a aposta na tecnologia deve estar incluída na base do sistema educativo. Com a descentralização de competências, Oeiras pode ser pioneiro nestas disciplinas.

4. Garantir a segurança nas passeadeiras

5. Criação de uma incubadora de artistas

Objetivo: Iniciar um projeto pioneiro ao nível nacional de apoio ao desenvolvimento das artes e de novos artistas, facilitando a sua criação, disponibilizando os meios e recursos físicos, técnicos e teóricos necessários, num único espaço “fervilhante”, com diversas atividades de produção cultural.

6. Criação da equipa de manutenção digital para as escolas

7. Criação de um plano municipal de combate ao desperdício alimentar, que preveja um conjunto de objetivos e de medidas para os complementares que sejam capazes de mobilizar e fortalecer as parcerias com a sociedade civil, nomeadamente com as entidades do sector social e com o tecido empresarial, tendo em vista otimizar as boas práticas já existentes de combate ao desperdício alimentar, através do aproveitamento dos excedentes, de modo a serem distribuídos pelos que deles necessitam.

8. Introduzir uma política de desperdício zero nas cantinas e refeitórios sob gestão municipal.

9. Disponibilização gratuita de embalagens 100% biodegradáveis para as refeições prontas a consumir aos estabelecimentos de restauração do concelho, uma medida defendida pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal como forma de incentivar as empresas a realizar doações dos seus excedentes alimentares e, assim, evitar o desperdício.

10. Criação, no âmbito do Programa Municipal de Cuidadores Informais, de um apoio monetário aos cuidadores informais.

11. Disponibilização em todos os serviços do município de respostas de vídeo-interpretação em língua gestual portuguesa, que permita colocar surdos e ouvintes em comunicação, assegurando que todos os serviços são acessíveis até ao final do próximo ano.

12. Assegurar, em articulação com as Freguesias, a adaptação dos abrigos de passageiros existentes no Município, de modo a assegurar uma maior acessibilidade, o cumprimento pleno da legislação sobre acessibilidades e a assegurar a progressiva eliminação das barreiras existentes, nomeadamente por via da introdução de corrimãos para leitura em braille do número de degraus, da disponibilização dos horários dos transportes em braille ou da instalação de elevadores/plataformas elevatórias para cadeira de rodas.

13. Criação de uma bolsa de intérpretes de língua gestual a ser utilizada pelas escolas do município, passível de ser utilizadas no apoio a alunos surdos ou por famílias com progenitor surdo com filho em idade escolar.

14. Criação de uma campanha de sensibilização contra a discriminação e a xenofobia nas escolas.

15. Criação, em articulação com as escolas e comunidades escolares, de um programa municipal de prevenção do Bullying nas escolas do concelho, que preveja nomeadamente a existência de campanhas de sensibilização e a aposta em ações de formação direcionadas para a aquisição de responsabilidade e de atitudes cívicas, a frequentar pelo causador do ato de violência e pelo respetivo encarregado de educação.

DEFENDER OS ANIMAIS

1. Garantir que o Hospital Veterinário Solidário é uma realidade;

2. Criação da Agenda para o Bem-Estar Animal de Oeiras

3. Criar a figura do Provedor Municipal dos Animais

4. Criar um cemitério público para os animais em Oeiras

5. Garantir que todos os gatos das colónias são chipados.

6. Banco solidário Animal Municipal

7. Não apoiar eventos com animais

8. Reforço das verbas para programas CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) como forma de controlar a população de animais errantes ou abandonados.

9. As cuidadoras das colónias terem acesso a desparasitantes gratuitos ou a preço de custos para as suas colónias, 2 vezes por ano.

10. Continuar a instalação de abrigos para gatos nos parques urbanos do Concelho, em colaboração com as Juntas de Freguesia.

11. Assegurar que nos parques urbanos do Concelho em que haja animais, existe a divulgação em local visível do nome do funcionário responsável pela alimentação e tratamento dos animais e horário da respectiva alimentação, e de um contacto para realizar eventuais denúncias de maus-tratos ou para pedir socorro caso o animal necessite.

12. Criação de um espaço municipal capaz de receber em condições adequadas animais de médio e grande porte, apreendidos no concelho.

13. Implementação real de pombais contraceptivos

14. Criação de um Plano Municipal de Intervenção Animal

Objetivo: Criação de uma plataforma municipal que envolva Proteção Civil, Câmara Municipal, Clínicas e Hospitais Veterinários e outras parcerias municipais como hotéis de alojamento animal e associações animais. No sentido de criar um conjunto de procedimentos comuns a todas as entidades na recolha e socorro animal do concelho, incluindo formações para Corporações de Bombeiros e todos os funcionários que lidam com animais. Devemos ainda assegurar a disponibilidade 24h/dia de enfermeiros veterinários na ambulância animal e/ou através de parcerias com outras entidades.

15. Criação de um Centro de Recolha de Animais da Pecuária

Objetivo: Um pouco por todo o mundo e por todo o país, surgem cada vez mais projetos de resgate de animais da pecuária. A Quinta das Águias em Paredes de Coura, a Quintinha da Liz em Viseu, são exemplos de como estes projetos mobilizam a população e até o turismo. Em Oeiras, temos condições para formalizar o primeiro Centro de Recolha de Animais da Pecuária com gestão pública ou partilhada, sendo pioneiros e disruptivos.

16. Criar protocolos efetivos com hotéis, Santuários, Associações para assegurar uma resposta quando o CROAMO está cheio.

DEFENDER A TRANSPARÊNCIA E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Criação de um regulamento municipal que enquadre e discipline, de forma consequente e eficaz, a atividade de lobbying junto dos órgãos municipais, assegurando a criação de um Registo Municipal de Transparência de Representação de Interesses e de Lobbies (no qual todos os lobistas deverão estar previamente inscritos para estabelecer contactos com os órgãos municipais ou os seus titulares nesse âmbito e que registe todos os contactos ocorridos). O que não invalida a divulgação no sítio na internet do município dos elementos relativos ao registo de interesses dos titulares de cargos políticos nos órgãos municipais e dos dirigentes dos serviços do município, nos termos exigidos pelo disposto no número 3 do artigo 15.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho, bem como, a divulgação da documentação institucional do município em formato aberto e pesquisável, de modo a ser mais acessível aos munícipes.

CONFIDENCIAL. Esta mensagem e os ficheiros anexos são confidenciais. Se receber esta mensagem por engano, agradecemos que nos contacte imediatamente por e-mail ou por telefone [REDACTED] e que elimine a mensagem e ficheiros anexos sem os reproduzir. CONFIDENTIAL. This message and any files attached are confidential. If you have received this message in error, please contact us immediately by e-mail or by telephone [REDACTED] and delete this message and files attached without retaining a copy.

De: [Francisco O`Neill Marques](#)
Para: [Vice-Presidente](#)
Assunto: Direito de Oposição - Partido CHEGA
Data: 28 de novembro de 2024 00:07:18

E-MAIL EXTERNO: - Por favor analise bem todo o e-mail antes de abrir anexos ou carregar nos links recebidos -

*Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Com os melhores cumprimentos*

Começo por agradecer a cordialidade e simpatia em nome do Partido CHEGA, que recebeu a minha pessoa na CMO.

No que concerne ao direito de oposição, apresento algumas questões de interesse público e uma recomendação relevante que passo a expor.

Nestes termos,

1. A nível humano e social

Criação de uma casa de acolhimento no Concelho de Oeiras para crianças e adultos portadores de deficiência, aquando do falecimento dos pais (sem irmãos).

Juntamente com o apoio de instituições em Oeiras da respetiva área social, poderíamos marcar a diferença e sermos pioneiros. A Fundação Liga, já tinha tentado erguer este nobre projecto no passado, mas quanto sei, sem sucesso. Autora: Dra. Guida Faria.

2. Quanto às políticas de proteção civil em Oeiras, continuam a pautar por incomensuráveis e preocupantes improficuidades.

No que concerne ao sistema de AVISO e ALERTA de tsunami, continua por implementar a sinalética urbana, bem como a instalação do sistema de alerta sonoro e exercícios de validação da sua eficácia.

Enquanto partido CHEGA, constante em ATA em 2023, aludimos quanto ao risco sísmico e de tsunami, resultantes dos estudos pagos pelo município, não estando ainda afixadas de modo que toda a população conheça os riscos das zonas onde reside, trabalha ou passa, bem como, quem pretenda adquirir um imóvel conheça todos os riscos do seu investimento

3. Gastos excessivos com o Fórum Oeiras e sua derrapagem e outros

Em termos de gestão contabilística e financeira de índole orçamental da Câmara Municipal de Oeiras, tendo presente o modelo atual, apresenta sérias falhas de planeamento e previsibilidade financeira. De acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, os orçamentos devem prever receitas suficientes para cobrir todas as despesas, incluindo as amortizações de empréstimos de médio e longo prazos. Além disso, a receita corrente bruta deve ser, no mínimo, igual à despesa corrente somada às amortizações. No entanto, aplicado tal entendimento ao caso em concreto à CMO, ao longo de dez meses, a

Câmara Municipal de Oeiras realizou dezenas de alterações orçamentais permutativas e 8 modificativas, o que resultou numa média alarmante de quatro alterações mensais, conforme tipificado. Este ritmo de mudanças frequentes demonstra indícios de uma gestão financeira instável e reativa, que evidencia a falta de um planeamento orçamental sólido e a ausência de previsibilidade na execução de projetos e investimentos.

Perante uma análise financeira e económica, a prática de alterações orçamentais excessivas e frequentes, reflete uma gestão frágil, imprudente e sem um controlo eficiente, que prejudica a confiança na sustentabilidade financeira do município a longo prazo.

Outro grande erro financeiro, exemplo da má gestão, é o meio milhão deitado todos os anos para o "lixo" com a manutenção da empresa Município S.A, para sustentarmos todos nós carros e mapas em Moçambique e outros, em detrimento de outros investimentos essenciais para o bem-estar da população, como um Hospital de Urgência em Oeiras, que muito defende o partido CHEGA.

4. Penalização dos arrendatários de imóveis nos bairros sociais, quando vandalizarem em flagrante delito o património público, com a perda do direito camarário à habitação ou coimas pesadas.

5. A construção civil, que deveria ser um setor regulado em benefício da comunidade, transformou-se numa força dominante nas câmaras municipais, influenciando decisões que favorecem interesses privados em especial. Os Investidores e as empresas do setor atuam como verdadeiros líderes locais, enquanto os representantes políticos eleitos, se mostram inertes, calados, alguns com indícios de cumplicidade, é certo. Um tema que deveria ser abordado com um pedido de recomendação às entidades Governamentais.

Independentemente da cor política e em razão do bom senso, também deve ser reconhecido o bom trabalho realizado pela Oeiras Viva e pelo dinamismo dado ao Concelho de Oeiras, ao contrário da Município S.A e da Parques Tejo que não são exemplo.

Atentamente

--



Francisco O'Neill Marques

Deputado Municipal

Membro do Conselho Nacional do Partido CHEGA

Líder de Bancada na AM pelo Partido CHEGA

Presidente do Grupo Municipal CHEGA Oeiras

Jurista

* chega.concelhiadeoeiras@gmail.com

chega.concelhiadeoeiras@gmail.com

Contacto: XXXXXXXXXX

Sede do Chega:

Apartado 008351 EC, 1804 – 001 Lisboa

Aviso de confidencialidade:

Este email é oficializado pela Distrital de Lisboa do partido CHEGA sendo dirigido somente à pessoa ou entidade à qual está endereçado e poderá conter informação confidencial ou privilegiada. Eventuais anexos são susceptíveis de conter informação sujeita a sigilo no que concerne ao regime legal de protecção de dados, de direitos de autor ou outros, pelo que a sua divulgação depende da autorização expressa do remetente. Se recebeu este e-mail por engano, por favor, informe de imediato o remetente e apague a mensagem e os ficheiros anexos sem os ler, copiar, gravar, distribuir ou divulgar ou fazer qualquer outro uso da informação. Este e-mail é certificado e autorizado pelo partido CHEGA.

As opiniões emitidas não vinculam necessariamente a entidade em apreço.



Na sequência da reunião de Direito de Oposição efetuada no dia 22/11/2024 fiquei de submeter o documento base das minhas declarações na dita reunião.

Como no ano passado entendemos que o direito de oposição é mais do que reunir para analisar as Grandes Opções do Plano do Município e que estas reuniões (direito à pronuncia/consulta prévia) deveriam existir durante o ano em outras ocasiões.

Após a apresentação do Plano e Orçamento nesta reunião de Direito de Oposição e da reunião ocorrida com a Vereadora Carla Castelo a fim de analisar as 23 novas propostas/contributos do Grupo Político Evoluir Oeiras para 2025 e 22 propostas que já tendo sido apresentadas em 2024 não tinham sido acolhidas (todas apresentados em anexo) indicámos que à semelhança do ano passado entregaríamos um documento para ser anexado ao relatório de direito de oposição de 2024 sobre a nossa posição relativamente a cada um dos direitos consagrados.

Referimos que o Direito de oposição inclui:

- Direito à informação
- Direito à Consulta Pública
- Direito à Participação
- Direito a Depor
- Direito de Pronuncia

Sobre o relatório do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias do Estatuto de Direito de Oposição o seu Cumprimento (Lei 75/2013) diz que cabe à CMO no artigo 33 nº 1 Alinea yy e ao presidente CMO fazer cumprir o Direito de Oposição, pelo que o seu incumprimento é imputável ao responsável máximo – o presidente de Câmara.

Direito de Pronuncia – consideramos que tem de ser melhorado para o ano 2025, pois em 2024 foi novamente uma luta para que fosse agendado um ponto na Ordem de Trabalhos da AMO para discussão do relatório de direito de oposição.

Condicionalismos no Regimento CMO para entrega de declarações de voto CMO que condicionam a ação da Vereadora em funções

Declarações de voto são justificação de um sentido de voto e não tem resposta. Faze-lo é um ato prepotente e é uma infantilidade política. É uma estratégia para condicionar a oposição e que parece uma birra de crianças de quem quer falar por último.

A Vereação GP Evoluir Oeiras continua sem apoio jurídico, e passou parte do ano sem apoio no seu gabinete por ausência da funcionária alocada. Fosse qualquer outro vereador e certamente a questão teria ficado resolvida rapidamente. O Apoio Jurídico é essencial para que se possa votar em consciência as propostas de CMO, o mesmo se passa na Assembleia Municipal, onde nos parece inconcebível que a própria AMO não tenha um jurista a apoiar os grupos políticos e a própria assembleia, quando surgem dúvidas são os próprios deputados a esclarecer.

Direito de informação - é muito limitado o que consideram informação dada. vários requerimentos ainda não respondidos ou respondidos a metade, ou mesmo que respondem ao que não foi questionado enquanto deixam sem resposta o que foi questionado (conversa de surdos)

Indicamos que o relatório de 2021 e 2022 2023 não tinha credibilidade, que não tinha ouvido a própria oposição, é juiz em causa própria e que é uma versão da história. **Esperamos que em 2024 seja diferente e que sejamos consultados em sede de Direito de Consulta prévia a opinar antes da produção do relatório. O mesmo consideramos que deve ser efetuado para as outras forças políticas.**

Em relação ao conteúdo do relatório o mesmo não cumpre a lei quando não somos informados de respostas a questões ou requerimentos.

Direito de Consulta Prévia – Como já indicamos acima este direito não se deve aplicar só às GOP mas devem ser agendadas outras reuniões durante o ano para assuntos relevantes. Não faze-lo é limitador do EDO (pag 6)

Direito de Participação – consideramos ter havido melhoria relativamente aos anos anteriores.





CONTRIBUTOS PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2025 | GRUPO POLÍTICO EVOLUIR OEIRAS

AÇÃO CLIMÁTICA

- Criação e divulgação de uma **rede de refúgios/abrigos climáticos** para estarem a funcionar ainda durante o ano de 2025, com mapeamento prévio do concelho com a identificação e seleção dos locais mais adequados para integrar esta rede para eventos extremos (ondas de Calor e de Frio).

ACESSIBILIDADES

- **Compromisso com a acessibilidade pedonal**, garantindo que todos os meses é corrigida uma situação de falta de acessibilidade no concelho, após um diagnóstico feito em articulação com a Associação Salvador no primeiro trimestre de 2025.
- **Campanha Tolerância zero ao estacionamento ilegal em cima dos passeios** em articulação com a PSP e Polícia Municipal.

MOBILIDADE

- **Concretização em 2025 das ciclovias de ligação ao concelho de Cascais**, apresentada no Orçamento Participativo (OP) de 2021, e **ao concelho da Amadora** (Algés - Alfragide OP 2019), bem como o projeto da **Ciclovía na Marginal**, vencedor do OP 2014.
- **Redução da velocidade limite em vias no meio urbano para 30 km/h** como regra geral (identificando as exceções, como vias rápidas).
- Criação de **Rotas seguras** e de **Zonas seguras junto às escolas** onde as crianças possam atravessar em segurança, circular a pé ou de bicicleta e brincar, sem ruído e poluição automóvel.
- **Projeto-piloto de comboios de bicicletas casa-escola** em zonas identificadas com possibilidade de criação das condições de segurança para tal durante o ano de 2025.



- **Resolução do problema da paragem indigna na estrada de Leceia** numa berma de estrada sem passeio. Tirar as duas paragens de onde estão, para as colocar na rua da empresa Prosonic, mas perto do acesso pedonal ao Taguspark. Dessa forma, há espaço para colocar abrigos nas duas direções das carreiras da Carris Metropolitana. Também permite aos passageiros ficar numa zona onde existe passeio e dessa forma aumenta-se a segurança dos mesmos.

SAÚDE E BEM-ESTAR

- **Reforço da saúde mental nas escolas**, investimento no aumento do número de psicólogos nas escolas públicas.
- **Disponibilização de produtos de higiene menstrual de forma gratuita** e acessível nas escolas públicas.
- Alargamento da **rede municipal de residenciais seniores** com aumento da oferta pública de apoio à população idosa do concelho.
- Alargamento da **rede municipal de creches** com aumento da oferta pública de apoio às crianças até aos 3 anos de idade.

HABITAÇÃO

- **Identificação de edifícios públicos municipais que possam ser convertidos em habitação** de rendas acessíveis.

DEMOCRACIA ENERGÉTICA

- **Fundo municipal** (com um valor em 2025 entre 800 mil a 1 milhão de euros) **para apoio à constituição de Comunidades de Energia Renovável de base cidadã**. Além do apoio técnico para a criação das CER, o Município suportaria os custos de constituição da entidade legal e cobriria os custos de adesão de uma percentagem não inferior a 5% de famílias vulneráveis em cada CER.



ESPAÇO PÚBLICO

- **Retirada do painel eletrónico de grande dimensão da rotunda do Oeiras shopping** e de todos os mupis e ecrãs eletrónicos que prejudiquem a acessibilidade pedonal e/ou a segurança rodoviária.

PROTEÇÃO CIVIL

- **Implementação das medidas prioritárias previstas no Estudo de Avaliação dos Riscos Sísmico e de Tsunami** no Concelho de Oeiras.

GOVERNAÇÃO

- **Realização de pelo menos 4 reuniões (1 por trimestre) descentralizadas da Câmara Municipal de Oeiras Públicas em horário pós-laboral.**

- **Transmissão das reuniões públicas de Câmara através da Internet** (Youtube e Facebook do Município).

BEM-ESTAR ANIMAL

- **Atualização do Regulamento dos/as Cuidadores/as**, num processo participativo com quem cuida, de forma a responder às reais necessidades.

- **Apoio *in loco* aos/às cuidadores/as informais na desparasitação dos animais de rua.**

- Realização de **protocolos com veterinários** para os/as cuidadores/as levarem os animais doentes, sem terem de assumir todas as despesas médico-veterinárias.

- Promoção de uma **campanha de sensibilização contra o abandono de animais de companhia.**



ESPAÇO PARTILHADO DE ARTES E OFÍCIOS

- Criação de um **Espaço municipal partilhado de trabalho oficial** (oficinas e ateliers). Aproveitamento de instalações públicas sem utilização para um espaço de trabalho em que artesãos residentes no concelho e outros munícipes que trabalhem em carpintaria, olaria, e outras artes e ofícios, possam usar o espaço com um custo simbólico (entre 15 e 75 euros/mês consoante os rendimentos) para criar as suas obras.

Voltamos a apresentar os contributos que demos para as GOP2024 na medida em que não foram implementadas e se mantêm atuais:

I. AÇÃO PELA SAÚDE E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CONTRA RISCOS CLIMÁTICOS

COMBATE À POBREZA ENERGÉTICA

- Desenvolvimento e concretização, durante pelo menos 1 ano, de uma **Biblioteca Móvel de Soluções** que é uma estrutura móvel (contentor ou autocaravana) que fica durante um período de tempo em cada local, em bairros residenciais da classe média e média baixa do concelho e locais de passagem (interfaces de transporte), e que disponibiliza atendimento presencial na área da energia e mobilidade. No mesmo local, técnicos especializados prestam vários serviços de apoio de proximidade e aconselhamento à população sobre energia e mobilidade. Por exemplo, informação sobre como obter financiamento para a renovação energética das habitações, ou sobre as modalidades de Passes de Transporte, e ajuda para o preenchimento das candidaturas ou dos formulários.

Esta proposta é baseada no “Ponto de Transição” que já existe em Setúbal e é apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian

<https://gulbenkian.pt/programas/programa-desenvolvimento-sustentavel/acao-climatica/ponto-de-transicao/>

MOBILIDADE ATIVA E MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- **Requalificação do Interface de transportes de Algés** com arborização e disponibilização de informação ao público sobre horários dos autocarros e dos comboios em painéis digitais.



- **Vias BUS no acesso às principais estações ferroviárias** começando pelas seguintes vias: Av. Salvador Allende/ Rua da Fundação de Oeiras em Oeiras; Av. Sr. Jesus dos Navegantes em Paço d'Arcos; Av. dos Bombeiros/ Av. Humberto Melo Pereira, em Miraflores/Algés.
- Construção de uma **Passagem ciclopedonal** entre Santo Amaro de Oeiras e Oeiras.
- Garantir **abrigos acessíveis** para os passageiros em todas as paragens de autocarro do concelho.
- **Ruas Escolares Seguras** com corte de trânsito automóvel junto à porta das escolas nos dias úteis escolares entre as 07h30 e as 19h00 (projeto-piloto).
- Planeamento de **Comboios de bicicletas** em todas as escolas do ensino básico do concelho, com o apoio da Bicicultura, MuBi, ou de outra entidade. O projeto-piloto poderia ser em Queijas para a EB1 Gil Vicente.
- Construção de **passeios e ciclovia ao longo da Estrada do Murganhal**, entre Caxias e a Cidade do Futebol, e de um percurso pedestre e ciclável da Cidade do Futebol até Queijas.
- **Criação de sombras e instalação de bancos no Passeio Marítimo** entre a Cruz Quebrada e Caxias.
- Encerramento da saída da marginal para Paço de Arcos junto ao Hotel e **pedonalização do troço da Rua Costa Pinto** em Paço de Arcos entre o Hotel e a Av. Patrão Joaquim Lopes.
- Criação de **espaço público seguro e convivial para pessoas**, com o encerramento ao trânsito automóvel de um ou dois troços da Av. Combatentes da Guerra, em Algés.
- Estudar a implementação da **Gratuidade do Passe Navegante Metropolitano** (Família ou Individual, dependendo do caso), para residentes no concelho de Oeiras de baixos rendimentos.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- **Plantação de 10 miniflorestas urbanas** segundo o método Miyawaki, uma por cada localidade (que correspondem às antigas freguesias) num processo participativo com as populações e especialistas, em terrenos municipais e/ou de empresas e outros privados disponíveis para aderir.
- Criação de pelo menos **5 espaços públicos multifuncionais com a capacidade de reter a água** da chuva e amortecer o pico de cheia nas cinco bacias hidrográficas do concelho (ribeiras da Laje, Porto Salvo, Barcarena, Algés e Rio Jamor).



- Criação de um **Parque Urbano ao longo da Ribeira de Porto Salvo**, requalificando as margens, entre a Quinta do Torneiro e Paço de Arcos.
- **Parques Agroalimentares de Oeiras** - criação das unidades territoriais em áreas maioritariamente de solos de Reserva Ecológica Nacional (RAN) destinados à produção agrícola, ao cluster da investigação agrícola e à produção ambientalmente sustentável, com a dinamização de uma “bolsa de terras” para facilitar o arrendamento comercial e divulgação pública dos produtos/serviços disponíveis.

II. COESÃO SOCIAL, ESPAÇO PÚBLICO E HABITAÇÃO

- **Melhorar o espaço público dos bairros municipais** em processos participados com a população (por exemplo, com bancos, sombras e locais próprios para cozinhar ao ar livre, ou outros equipamentos que as pessoas identifiquem como necessários). Começar com projetos-pilotos nos bairros do Alto dos Barronhos e Encosta da Portela de Carnaxide.
- Construção de 1 **piscina municipal** no local que foi destinado ao “Templo da Água”, no topo noroeste do Parque dos Poetas, em Oeiras.
- **HabitAgora**: “Programa de Estúdios Jovem” (T0 < 40m2) com renda controlada (máx. 300EUR/mês) para jovens e jovens casais até aos 35 anos, contratos 3 anos renováveis até ao limite idade 35 anos, em edifícios a adquirir e remodelar, podendo incluir acesso a áreas partilhadas para serviços comuns do prédio.

III. GOVERNANÇA LOCAL

- Criação da **Provedoria municipal da justiça intergeracional**, um organismo independente constituído por um número a definir de jovens do concelho (x alunos das escolas secundárias eleitos pelos seus pares, e 2 estudantes universitários), mandatado para examinar políticas e decisões públicas, a fim de garantir que não põem em causa a injustiça intergeracional ou violam os interesses e necessidades das gerações futuras. Com carácter consultivo e deliberativo, a Provedoria municipal da justiça intergeracional teria acesso atempado aos projetos municipais e faria recomendações e daria o seu parecer público sobre os mesmos tendo em vista a sua sustentabilidade a médio longo prazo.
- **Democratização da revista “Oeiras Atual”** criando um espaço para a divulgação de iniciativas ou propostas de cada força política com assento na CMO e/ou AMO (1 página por força política, com notícias, reportagens ou entrevistas).

Câmara Municipal
de Oeiras



Gabinete da Vereadora Independente
eleita pela Coligação Evoluir Oeiras
Carla Castelo

- Transmissão online das reuniões públicas da Câmara.

Oeiras, 07 de outubro de 2024

Anexo 2 - Pronunciamento sobre o Relatório Direito de Oposição 2024



Assunto: Pronunciamento sobre o Relatório Direito de Oposição 2024

Oeiras, 31 de março de 2025

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Isaltino Morais,

A propósito do **Relatório Direito de Oposição 2024**, que me foi enviado no passado dia 17 de março de 2025 (segunda versão em 18/03/2025), e, no quadro do direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias consagrados no Estatuto do Direito de Oposição, venho enviar as seguintes observações, na expectativa que sirvam para a adoção de melhorias:

- Verifica-se mais uma vez que o Relatório não dá conta das falhas que se verificaram no ano passado relativamente ao cumprimento do Direito de Oposição em Oeiras sob a gestão do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais.
- Quanto ao direito à informação (art.º 4.º) que vem estabelecer que os titulares do direito de oposição **têm o direito de independentemente de qualquer requerimento**, serem informados regular, diretamente, na forma e pela via mais acessível possível e em prazo razoável pelos correspondentes órgãos executivos (e pelo respetivo presidente de Câmara) sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade, ele foi violado em pelo menos duas ocasiões de elevada gravidade:
 - Na omissão de informação - acesso ao Relatório do Estudo Estrutural da ribeira canalizada de Algés feito pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) que alertou para o elevado risco de colapso de troços da ribeira canalizada. Estudo aliás que considerámos que deveria ser mandado fazer ao LNEC em dezembro de 2023. O Executivo só nos deu conhecimento no dia 20 novembro de 2024 (após pedido oral, requerimento e insistência nossa) do Estudo Estrutural da ribeira canalizada de Algés, entregue ao Município em setembro de 2024 e que deveria ter sido logo remetido para nossa informação.



- Na omissão de informação – acesso ao Estudo de diagnóstico da presença de amianto no passeio Marítimo de Algés e Praias da Cruz Quebrada e do Dafundo que, tendo sido remetido ao Município em julho só nos foi enviado em dezembro, também depois de o termos requerido por escrito. Isto apesar da encomenda deste estudo ter sido feita na sequência do alerta que fiz em setembro de 2022 após uma limpeza de praia e de ter sempre insistido na importância de ser avaliada a situação para proteção dos munícipes e demais utilizadores daquela zona.
- O relatório omite a demora de meses no agendamento, bem como o não agendamento de propostas nossas. Concretamente, omite o facto de uma das Propostas de Deliberação que apresentámos PROPOSTA N.º 02 / 2024 Criar um Plano Municipal de Combate ao Racismo e à Discriminação de 12 de março de 2024 nunca ter sido agendada, por decisão arbitrária e anti-democrática do Sr. Presidente da Câmara. Ora nada justifica que a Oposição seja impedida de intervir politicamente através do agendamento na Ordem de Trabalhos das reuniões de Câmara das suas propostas para que estas possam ser debatidas e votadas. O facto de um Presidente da Câmara se considerar no direito de impedir a Oposição de apresentar as suas propostas é mais uma prática negativa reiterada, que revela desprezo pelos direitos da Oposição e descuido na aplicação da Lei 24/98, de 26 de maio, no que ao Direito de participação consagrado no art.º 6.º diz respeito.
- O relatório omite inexplicavelmente a data dos requerimentos e outros pedidos feitos por mim, Vereadora Carla Castelo, eleita pela Coligação Evoluir Oeiras, tendo sido acrescentada apenas a data em que foram respondidos, o que não possibilita a quem leia perceber a demora injustificável nas respostas.
- No que diz respeito apenas a requerimentos escritos que apresentámos em 2024, a maioria não foi respondida dentro do prazo de 10 dias úteis previsto na lei e muitos foram respondidos com vários meses de atraso face ao prazo legal.
 - REQUERIMENTO N.º 1/2024 Manutenção árvores Av. Conde S. Januário de 8 de janeiro de 2024 foi respondido em 23/01/2024.
 - REQUERIMENTO N.º 2/2024 Apoio a residentes da Baixa de Algés de 16 de janeiro foi respondido em 17/04/2024, **quase três meses depois.**
 - REQUERIMENTO N.º 3/2024 Acesso a relatório preliminar e Ponto de situação Auditoria à Município, S.A de 16 de janeiro foi respondido em 02/02/2024, após ter feito queixa à CADA por incumprimento do prazo legal.



- REQUERIMENTO N.º 4/2024 Substituição de cobertura e trabalhos diversos no Auditório Eunice Muñoz de 31 de janeiro foi respondido em 03/07/2024, **cinco meses depois.**
- REQUERIMENTO N.º 5/2024 Pavilhão Escola Aquilino Ribeiro de 31 de janeiro foi respondido em 23/01/2025, mais de **11 meses (quase 1 ano) depois.**
- REQUERIMENTO N.º 6/2024 Obras Pavilhão Desportivo Dr. Joaquim de Barros de 1 de fevereiro foi respondido em 11/06/2024, **mais de quatro meses depois.**
- REQUERIMENTO N.º 7/2024 Plano geral Largo Comandante Augusto Madureira de 5 de fevereiro foi respondido em 08/03/2024.
- REQUERIMENTO N.º 8/2024 - Câmaras no espaço público em Queijas de 6 de fevereiro foi respondido em 14/02/2024.
- REQUERIMENTO N.º 9/2024 - Custos do novo edifício-sede do Município de Oeiras - Fórum Municipal de 9 de fevereiro foi respondido em 12/04/2024, **mais de dois meses depois.**
- REQUERIMENTO N.º 10/2024 - Futuro do Mercado Municipal de Linda-a-Velha de 19 de fevereiro foi respondido em 23/02/2024.
- REQUERIMENTO N.º 11/2024 - Estimativa de Custos diretos e indiretos do Fórum Municipal de 22 de fevereiro foi respondido em 12/04/2024, **mais de um mês depois.**
- REQUERIMENTO N.º 12/2024 - Informação sobre procedimentos contratuais de 2023 de 4 de março foi respondido em 30/01/2025, **mais de 10 meses depois.**
- REQUERIMENTO N.º 13/2024 - Processo Algés Tower na CMO de 28 de abril foi respondido em 16/05/2025.
- REQUERIMENTO N.º 14/2024 Informações sobre que projeto está previsto para o local descrito, em Algés de 30 de abril foi respondido em 16/05/2024.
- REQUERIMENTO N.º 15.2024 - Acesso ao Relatório da Auditoria à Município de 25 de maio foi respondido em 03/06/2024.
- REQUERIMENTO N.º 16.2024 - Acessibilidades no Bairro dos Navegadores de 27 de maio foi respondido a 25/06/2024.
- REQUERIMENTO N.º 17/2024 - Obras Parque dos Cisnes de 14 de junho foi respondido em 16/01/2025, **mais de sete meses depois.**
- REQUERIMENTO N.º 18/2024 - Critérios de determinação do Valor das Rendas Apoiadas (PD 494 e PD 498) de 19 de junho foi respondido em 17/07/2024.
- REQUERIMENTO N.º 19.2024 - Contrato Oeiras Valley Investment Agency de 15 de julho foi respondido em 22/07/2024.



- REQUERIMENTO N.º 20/2024 - Contratação externa de serviços de Comunicação de 15 de julho foi respondido em 15/01/2025, **seis meses depois** (um dos casos em que tive de fazer queixa à CADA).
- REQUERIMENTO N.º 21/2024 - Ponto de situação Cidade do Padel de 16 de julho foi respondido em 21/01/2025, **seis meses depois**.
- REQUERIMENTO N.º 22/2024 - Informação sobre a utilização da Ciclovía Empresarial de 18 de julho foi respondido em 25/09/2024, **dois meses depois**.
- REQUERIMENTO N.º 23/2024 - Escada em ciclovía Oeiras Parque de 18 de julho foi respondida em 16/01/2025, **seis meses depois**.
- REQUERIMENTO N.º 24/2024 - Parecer da APA Cidade do Padel de 20 de agosto foi respondido em 01/10/2024, **mais de um mês depois**.
- REQUERIMENTO N.º 25/2024 Ribeira de Algés de 20 de agosto foi respondido em 10/09/2024.
- REQUERIMENTO N.º 26/2024 - Documentação Cidade do Padel de 27 de agosto foi respondido em 18/09/2024.
- REQUERIMENTO N.º 27/2024 - Alojamento Local Condomínio Varandas de Paço de Arcos de 02 de setembro foi respondido em 08/01/2025, **mais de quatro meses depois**.
- REQUERIMENTO N.º 28/2024 - Justificação da Alteração das datas das Reuniões de Câmara de setembro de 04 de setembro foi respondido em 08/10/2024, tendo feito queixa à CADA após ter passado o prazo legal de resposta.
- REQUERIMENTO N.º 29/2024 Mapa de deslocações e justificação viagens de 04 de setembro foi respondido em 29/11/2024, **mais de dois meses depois** e só depois de ter feito queixa à CADA.
- REQUERIMENTO N.º 30/2024 - Informação detalhada Viagens à China de 30 de setembro foi respondido em 31/01/2025, **quatro meses depois**.
- REQUERIMENTO N.º 31/2024 - Apoio/Patrocínio Global Media e a Notícias Ilimitadas de 30 de setembro foi respondido em 28/11/2024.
- REQUERIMENTO N.º 32/2024 - Contrato N.º 642/2024 com Tecnirede - Comunicação de Dados de 02 de outubro foi respondido em 25/10/2024.
- REQUERIMENTO N.º 33/2024 - Processo licenciamento Espargal de 05 de outubro foi respondido em 18/10/2024.
- REQUERIMENTO N.º 34/2024 - Intervenção no Rio Jamor junto ao Santuário de N.ª Sra. da Rocha de 07 de outubro foi respondido em 18/11/2024, **mais de um mês depois**.
- REQUERIMENTO N.º 35/2024 - Mina de Água de Linda-a-Pastora de 04 de novembro foi respondido em 31/01/2025, **mais de dois meses depois**.



- REQUERIMENTO N.º 36/2024 - Memória descritiva Cidade do Padel de 04 de novembro foi respondido em 27/11/2024.
 - REQUERIMENTO N.º 37/2024 - Apoios ao jornal Tal&Qual / PressCo Lda. de 27 de novembro **não foi respondido**.
 - REQUERIMENTO N.º 38/2024 - Caderno de Encargos e peças do contrato de prestação de serviços N.º 865/2024 de 28 de novembro foi respondido em 24/01/2025, quase **dois meses depois**, após ter feito queixa à CADA.
 - REQUERIMENTO N.º 39/2024 - Bairro Clemente Vicente de 28 de novembro foi respondido em 16/01/2025, quase **dois meses depois**.
 - REQUERIMENTO N.º 40/2024 Fiscalização Obras Estrada Quinta do Torneiro de 29 de novembro foi respondido em 16/01/2025, **mais de um mês depois**.
 - REQUERIMENTO N.º 42/2024 - Divulgação e Implementação do Estudo do LNEC Ribeira Canalizada de Algés de 8 de dezembro foi respondido em 18/12/2024.
 - Requerimento Resultados estudo Amianto praias Cruz Quebrada e Dafundo de 16 de dezembro de 2024 foi respondido em 18/12/2024.
 - Requerimento Esclarecimentos Resultados estudo Amianto praias Cruz Quebrada e Dafundo de 19 de dezembro de 2024 foi respondido em 09/01/2025.
- Havendo requerimentos cujo prazo legal de resposta foi largamente ultrapassado, tive de recorrer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
 - Registo ainda o incumprimento em reunião de Câmara da decisão do Tribunal relativa à forma como devo ser identificada (o Município, o Presidente e os restantes membros da Vereação devem abster-se de me identificar como Vereadora do Bloco de Esquerda por não corresponder à verdade, sendo independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras indicada pelo BE) o que suscitou uma Reclamação da minha parte.

Considerações finais:

Perante o exposto, concluímos que **não foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição**.

Pelo que volto, neste quarto e último ano de mandato como Vereadora independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras (2021-2025), a manifestar o meu repúdio pela forma como a Oposição tem sido tratada na Câmara Municipal, com falta de respeito e em incumprimento da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, com o objetivo de assegurar “às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática (...) aos órgãos executivos (...) das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei”, e lamentar que não se tenham resolvido os problemas já apontados nos anos anteriores.



A oposição é um elemento fundamental da Democracia. Reitero que lamento que em Oeiras, mais de 50 anos após o 25 de abril, o poder local ainda não se tenha constituído como uma verdadeira democracia local. Pela parte minha parte, enquanto Vereadora eleita pela Coligação Evoluir Oeiras, continuarei a cumprir com lealdade as funções que me foram confiadas pelos eleitores e eleitoras.

A Vereadora,

Carla Castelo

**Anexo 3 - Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do
Direito de Oposição em Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal de Oeiras, realizada a 29 de abril de 2025**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ATA DA 2ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 29 DE ABRIL DE 2025-----

-----ATA Nº. 12 / 2025-----

(...)

4.2. Apreciação do Relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição (os documentos relativos a este Relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu pergunto se algum dos senhores pretende usar da palavra sobre este ponto?” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Não está cá toda a gente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não, toda a gente não está, mas já temos quórum. Já chamámos duas vezes. Quer dizer, as pessoas estão ao sol. -----

----- Portanto, alguém quer usar da palavra neste segundo ponto? -----

----- Faz favor, Senhor Deputado Tomás Pereira (EO).” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Neste ponto discutimos o relatório relativo ao Estatuto do Direito de Oposição, e eu queria começar por dizer que, ao longo destes quatro anos de mandato, o Grupo Político Evoluir Oeiras tem sido fiel àquilo que se propôs nas últimas eleições autárquicas. Nestes quase quatro anos, temos sido uma oposição interveniente, solicitando informação e exigindo atuação, quando assim tem de ser. -----

----- Aqui na Assembleia Municipal temos chamado a atenção para muitos problemas que

identificámos no Município. E na Câmara Municipal o Grupo Político Evoluir Oeiras tem aquela que é formalmente a única Vereadora da oposição, já que PS e PSD aceitaram pelouros aderindo assim formalmente à maioria de governação de Isaltino Morais e do seu movimento, o IN-OV. --

-----Este ano, à imagem de todos os outros anos, o Grupo Político Evoluir Oeiras submeteu um requerimento para que o agendamento e discussão deste relatório de exercício de Direito de Oposição relativo ao ano passado, relativo a dois mil e vinte e quatro, pudesse acontecer aqui na Assembleia Municipal. E, eu queria começar por saudar a Assembleia Municipal (se tiver condições para o fazer) por reconhecer ao fim de praticamente quatro anos, a necessidade de esta discussão, tendo em conta que, no início deste mandato, passámos de uma posição, que na altura da Mesa, era de nem sequer aceitar agendar este ponto, apesar dos nossos requerimentos para o efeito, para uma posição em que, segundo aquilo que nos foi dito, nem seria preciso termos feito este requerimento, porque a Mesa e a Assembleia Municipal já estavam a pensar fazer este agendamento de forma autónoma... Mas o que importa é que estamos aqui a discutir este documento hoje, e, portanto, saudamos esta evolução no pensamento da Mesa da Assembleia Municipal e da Assembleia Municipal.-----

-----E, podemos assim, portanto, discutir o Direito de Oposição onde verificamos quem é a oposição em Oeiras, o que faz, e como o Executivo da Câmara Municipal de Oeiras lida com a oposição. Analisando este documento, trata-se de um relatório em que o Presidente conclui que, e cito: “Demonstra-se terem sido assegurados os direitos previsto no Estatuto do Direito de Oposição por parte do Executivo Municipal e do seu Presidente, permitindo-se aos titulares do Direito de Oposição o acompanhamento, a fiscalização e crítica das orientações políticas da Câmara Municipal de Oeiras...”. Nós não achamos que esta conclusão adira totalmente à realidade. -----

-----Por mais um ano não vemos neste relatório, é mais um ano que o podemos analisar, não vemos neste relatório um assumir, uma certa autocrítica, um assumir das falhas que aconteceram ao longo deste ano. Estamos a falar de um relatório onde consta mais uma vez, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

detentores do Direito de Oposição não terem todos sido ouvidos durante a elaboração do relatório, na Assembleia nem um e-mail nos foi enviado para que nos pronunciássemos. -----

----- Verificamos, mais uma vez, que o relatório é omissivo em relação a muitas das falhas que identificámos ao longo deste ano, como, por exemplo: data de pedidos de resposta, falta de precisão na análise desses pedidos, o que leva a conclusões no relatório que não correspondem à realidade. Vemos também que muitos dos requerimentos indicados como respondidos só o foram depois de já termos feito queixas à Comissão de Acesso a Documentos Administrativos, à CADA. Vemos requerimentos que são considerados como respondidos, quando grande parte das vezes, a estes requerimentos, não é respondido aquilo que foi questionado. E eu tenho aqui mais todo um rol de coisas, de críticas que podemos apontar a este relatório, a estas imprecisões, a estas conclusões que não correspondem totalmente à realidade, no nosso entender, daquilo que foi o exercício da oposição ao longo deste ano no Município de Oeiras. -----

----- Mas, no fundo e para resumir, aquilo que nós temos aqui é um relatório sobre o estado do Direito de Oposição em Oeiras, em que a oposição em muitos casos nem sequer é ouvida, nem sequer é contemplada neste relatório. Portanto, nós temos um relatório sobre o exercício do Direito de Oposição quase totalmente, para não dizer totalmente, elaborado pela pessoa contra a qual, ou com a qual se exerce a oposição, no caso o Presidente da Câmara, e a pessoa coletiva no caso da maioria. E, portanto, nós achamos que este é um relatório de Direito de Oposição que não contempla, paradoxalmente, aquela que é a visão da oposição acerca do exercício do seu Direito de Oposição neste mandato autárquico, e em particular neste ano dois mil e vinte e quatro. E, portanto, é um relatório que peca na sua essência. Como é que nós podemos considerar um relatório sobre o exercício do Direito de Oposição, um documento fidedigno de análise ao exercício desse mesmo Direito de Oposição, se o seu principal interveniente, que é a oposição, nem sequer é suficientemente contemplada na elaboração do dito relatório? Isto parece uma meta discussão sobre o relatório do Direito de Oposição, mas é o que é, porque na verdade, a Câmara

Municipal força-nos a esta discussão ao não permitir que a oposição tenha voz neste documento, a voz que nós consideramos que seria suficiente para este documento ser fidedigno àquilo que foi o exercício do Direito de Oposição em dois mil e vinte e quatro. -----

-----E, portanto, ficamos contentes, como disse no início da intervenção, por podermos estar aqui a dizer isto, porque temos um ponto autónomo numa Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal para o dizer. Mas achamos que este relatório continua a pecar na sua essência, na forma como é elaborado, é incompleto, tem conclusões erradas e não espelha corretamente o exercício do Direito de Oposição no ano passado.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum dos senhores pretende usar da palavra? -----

-----Bem, não havendo mais intervenções... Senhor Presidente, faz favor.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Eu gostaria de referir que não está aqui à vista o relatório do Estatuto do Direito de Oposição (é assim mais ou menos, um metro de altura em papel, é realmente muito denso). De resto, a visão que a Vereadora da oposição sem pelouros, porque há outros vereadores da oposição com pelouros, do PS e do PSD, mas a Vereadora da Coligação Evoluir Oeiras, indicada pelo Bloco de Esquerda, tem aqui o relatório dela, está aqui, está junto, em que a Senhora Vereadora faz as considerações que entende acerca da Direito de Oposição. Foram-lhes dadas todas as respostas, tudo aquilo que foi dado... E, portanto, nesta matéria, devo-vos dizer o seguinte, e só pedi o uso da palavra para fazer aqui uma afirmação, ou se quiserem um elogio. Hoje foi o dia dos louvores e, portanto, eu quero aqui expressar publicamente um louvor também, ao Departamento de Gestão Organizacional, porque, ao contrário do que possam pensar, o cumprimento do estatuto do Direito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de Oposição, não é ao Presidente da Câmara que dá trabalho. O Presidente da Câmara depois é “publique-se, divulgue-se, prestem-se todos os esclarecimentos...”, mas depois os serviços é que têm que prestar. É realmente um esforço extraordinário. Devo-vos dizer que algumas referências que são feitas, por exemplo, ao incumprimento de certos prazos nas respostas solicitadas, obviamente que os serviços também estão ali só ao serviço da oposição. Os serviços estão ali, em primeiro lugar, para trabalhar para o Município e para os munícipes. E, naturalmente, que têm que dar cumprimento àquilo que são as dúvidas, os esclarecimentos, solicitados pela oposição. Ora bem, é óbvio que às vezes é solicitada tanta informação que implica três ou quatro dias sem fazer mais nada, e a preparar, a investigar, a rebuscar, para ver onde é que está toda a informação que é solicitada. E, portanto, eu não posso deixar de expressar aqui uma palavra de muito apreço, de reconhecimento a todo o Departamento de Gestão Organizacional, que é aquele que organiza realmente as respostas. Mas também aos serviços em geral da Câmara: Departamento de Obras, Departamento de Ambiente, Urbanismo... porque o Departamento de Gestão Organizacional centraliza, digamos, a informação, mas tem que solicitar a informação a todos os serviços. E, portanto, é óbvio que quando chegam três ou quatro pedidos ao Urbanismo para responder, os dirigentes do respetivo Departamento têm também que definir prioridades em relação àquilo que têm em mãos. E, portanto, não é fácil responder nos prazos que a lei estabelece (que acho que são dez dias) a todas as dúvidas que são suscitadas, e são muito suscitadas. Aliás, eu devo-vos dizer, aí dou mérito para a Vereador da oposição, porque mede a sua oposição pelo número de requerimentos que faz. Não pelo mérito dos requerimentos, mas pelo número de requerimentos. E, portanto, eu já tive a oportunidade de recolher alguma informação em outras Câmaras Municipais, e realmente parece que não há nenhuma Câmara onde haja tanto requerimento a solicitar esclarecimentos, como aqui. Pronto, é mérito da Vereadora que faz muitos requerimentos, e, portanto, às vezes é difícil responder tempestivamente. Agora, não se pode deixar de reconhecer que... mesmo a própria Vereadora no relatório que faz, e que está junto, refere os requerimentos

que ainda não foram respondidos. É claro que há requerimentos, os últimos, que ainda não foram respondidos. -----

-----Quanto ao mérito de resposta. É claro que quem recebe uma resposta faz sempre um juízo de a resposta não ser suficiente, mas isso é uma avaliação subjetiva, e os serviços não fazem avaliações subjetivas. Os serviços quando prestam uma informação é uma informação objetiva, não é subjetiva. Não é aquilo que o dirigente ou o técnico que está a responder quer responder, ou que, eventualmente gostaria de responder. Responde aquilo que corresponde à informação que está disponível. -----

-----Portanto, parece-me que não há razão de queixa da oposição em relação... Mais, nesta Câmara Municipal, devo-vos dizer, nesta Câmara Municipal nenhum Vereador, tenha pelouros ou não tenha, está impedido de nos serviços consultar tudo aquilo que quiser. Há Câmaras Municipais onde os vereadores da oposição não têm acesso aos serviços, não é o caso da Câmara de Oeiras. Qualquer vereador pode consultar todos os processos nos respetivos serviços. Querem mais Direito de Oposição do que este? Não me parece. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Três breves notas. Bem lembrado, Senhor Presidente. E, portanto, eu queria requerer que o Relatório do Direito de Oposição a publicar anexasse todos os documentos de pronúncia realizados pela oposição. E requeiro isso formalmente à Assembleia Municipal, também-----

-----Depois queria... o Senhor Presidente falou num conceito um bocadinho estranho que é “vereadores de oposição, mas com pelouro”, o próprio estatuto do Direito de Oposição não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

permite que os vereadores com pelouro se pronunciem em sede de Direito de Oposição, porque para efeitos formais e legais (a Senhora Vereadora está aí a fazer uma cara muito estranha) não têm direito a pronunciar-se no Estatuto do Direito de Oposição, porque para efeitos formais, não são considerados oposição. -----

----- E por fim, eu queria só salientar com algum pesar até, a ausência de intervenções de outras bancadas, pelo menos para já, neste debate, neste ponto relativo ao Direito de Oposição em Oeiras, e que isso também diz alguma coisa do estado da oposição em Oeiras que, como temos vindo a dizer ao longo do mandato, a liderança da oposição está aqui, está na bancada da Coligação Evoluir Oeiras, e o ponto deste debate ilustra isso perfeitamente. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Presidente, faz favor.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Mais uma vez, o Senhor Deputado, já estou habituado, faz a leitura da lei que mais lhe convém. Na realidade, a lei considera que os vereadores que têm pelouros não é que não são da oposição, não precisam é do estatuto da oposição para ter acesso à informação. Porque justamente, porque têm pelouros, estão na Câmara a tempo inteiro, têm acesso à informação. Os vereadores sem pelouros não têm acesso à informação, e, portanto, podem requerer, solicitar, etc. Um vereador com pelouros, pela sua própria natureza, não precisa de qualquer requerimento. ----

----- É este o espírito da lei. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **APRECIADO** -----